



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA

PAULO EDUARDO RIBEIRO DE AZEVEDO

ESTUDO DO PLANEJAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO NO
MUNICÍPIO DE CAMAÇARI – BA NO PERÍODO DE 1986 A 2008

SALVADOR – BAHIA

2010

PAULO EDUARDO RIBEIRO DE AZEVEDO

ESTUDO DO PLANEJAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO NO
MUNICÍPIO DE CAMAÇARI – BA NO PERÍODO DE 1986 A 2008

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de nota da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Tadeu Bello dos Santos

SALVADOR – BAHIA

2010

PAULO EDUARDO RIBEIRO DE AZEVEDO

ESTUDO DO PLANEJAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO NO
MUNICÍPIO DE CAMAÇARI – BA NO PERÍODO DE 1986 A 2008

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Turismo e Hotelaria,
Universidade do Estado da Bahia, como
requisito parcial para a obtenção de nota da
disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Aprovada em 17 de março de 2010

BANCA EXAMINADORA

TADEU BELLO DOS SANTOS
(Orientador) Especialista em Turismo

LÊDA CRISTINA SANTANA DE ANDRADE
Especialista em Turismo

ANTONIO DOS SANTOS BARRETO JUNIOR
Especialista em Turismo

RESUMO

Através de um qualificado planejamento e de uma boa organização o turismo em um município pode alcançar um desenvolvimento satisfatório. Em Camaçari, cidade de grande importância econômica para o estado da Bahia, a vocação turística se expressa na sua diversidade ambiental e sua riqueza histórico-cultural. Este trabalho objetiva estudar as ações de planejamento e da organização da atividade turística de Camaçari no período entre os anos 1986 e 2008. Nessa perspectiva, constatou-se que a legislação municipal é insuficiente na maior parte do período com relação ao turismo, mas percebeu-se um recente avanço neste tema, percebeu-se que o planejamento urbano possibilitou um desenvolvimento desordenado na faixa litorânea, porém existe uma interessante projeção após a criação do PDDU e constatou-se que o turismo sempre esteve presente na administração municipal, mas se desenvolveu de maneira insuficiente devido a atenção dada a outra atividade econômica pelo poder público municipal.

Palavras-chave: planejamento do turismo, política de turismo, Camaçari

ABSTRACT

Through a qualified planning and good organization of tourism in a city can reach a satisfactory development. In Camaçari, city of great economic importance to the state of Bahia, a tourist is expressed in its environmental diversity and its historical and cultural wealth. This paper aims to study the actions of planning and organization of tourist activity of the Camaçari between the years 1986 and 2008. From this perspective, it was found that the municipal legislation is inadequate in most of the period in relation to tourism, but it was noticed a recent advance in this subject, it was noted that urban planning has enabled an unregulated development in the coastal strip, but there is a interesting projection after the creation of the Master Plan and noted that tourism has always been present in government, but developed in a way because of insufficient attention to other economic activity by the municipal government.

Keywords: tourism planning, tourism politics, Camaçari.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a minha família, pelo amor, carinho e compreensão e em especial, a minha mãe professora Gina e ao meu pai poeta Bule Bule, que sempre me apoiaram em minhas decisões e sempre me ampararam quando necessário.

A amiga Rita Cruz pelos ensinamentos referentes ao turismo de Camaçari e ao exemplo de pessoa e de profissional que se mostrou durante toda nossa convivência no ambiente de trabalho.

Aos senhores Waldy Freitas Filho, José Cuppertino e Sinval Rios pelas oportunidades dadas e pela confiança depositada em mim.

À Prefeitura Municipal de Camaçari na figura dos funcionários do Arquivo Público Municipal e da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo.

Aos professores do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia, em especial ao meu orientador, professor Tadeu Bello dos Santos e a professora Ariadna Bandeira.

A todos meus amigos formados ao longo dos anos desta graduação, onde agradeço pelos ensinamentos, pelas discussões, pelos momentos de lazer e, principalmente, pelas experiências acadêmicas vivenciadas: Empresa Junior, Centro Acadêmico e todas as visitas técnicas.

Aos meus amigos de Camaçari que souberam respeitar os momentos de lazer infelizmente dispensados e incentivar a minha entrega para construir este trabalho que está por ser apresentado.

E por último, e de importância indiscutível, a minha companheira, presente nos momentos felizes e tristes, presente literalmente na saúde e na doença, Giselle Santos Bandeira.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. Mapa Camaçari | 11 |
| Figura 2. Camaçari e a Costa dos Coqueiros | 23 |
| Figura 3. Pólos de Desenvolvimento | 23 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1. Unidades de Conservação em Camaçari | 24 |
| Quadro 2. Meios de Hospedagem em Camaçari | 30 |
| Quadro 3. Quantitativo de Barracas de Praia no Litoral de Camaçari | 31 |
| Quadro 4. Zoneamento das Praias de Camaçari | 32 |
| Quadro 5. Grupos Culturais de Arembepe | 36 |
| Quadro 6. Ocupação da orla marítima de Camaçari segundo lei nº 52/1976 | 40 |
| Quadro 7. Atividades incentivadas pela lei nº 316/1994 | 43 |
| Quadro 8. Geração de empregos gerada pela lei nº 316/1994 | 48 |
| Quadro 9. Projetos e programas sobre o patrimônio natural | 56 |
| Quadro 10. Planos e programas para infra-estrutura da orla marítima | 59 |
| Quadro 11. Programas e projetos sobre o patrimônio histórico-cultural | 62 |
| Quadro 12. Projetos de infra-estrutura turística | 63 |
| Quadro 13. Cronologia dos órgãos oficiais de turismo de Camaçari | 65 |
| Quadro 14. Ações SETIC – 1986 | 68 |
| Quadro 15. Principais ações do planejamento 1991 e 1992 SETUR | 72 |
| Quadro 16. Resultados obtidos pela CODETUR entre 1994 e 1995 | 79 |
| Quadro 17. Projetos estratégicos SETUR 2006 | 86 |

LISTA DE ORGANOGRAMAS

| | |
|--|----|
| Organograma 1. Organograma SETIC | 66 |
| Organograma 2. Estrutura organizacional da SETIC | 70 |
| Organograma 3. Estrutura organizacional da CODETUR | 74 |
| Organograma 4. Estrutura organizacional da Diretoria Executiva CODETUR | 76 |
| Organograma 5. Estrutura organizacional do turismo em 1999 | 82 |
| Organograma 6. Estrutura organizacional SETUR 2006 | 85 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

COMPOR – Comissão para Orla Marítima

CONDETUR – Conselho de Política e Desenvolvimento de Camaçari

CODETUR – Companhia de Desenvolvimento Turístico

Ha – Hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Km – Quilômetro

Km² – Quilômetro quadrado

LIMPEC – Limpeza Pública de Camaçari

m² – Metro quadrado

PIB – Produto Interno Bruto

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDOM – Plano Diretor da Orla Marítima

PTR – Plano de Turismo do Recôncavo

PROTURIN – Projeto Turístico Internacional

SEAPRO – Secretaria de Articulação e Coordenação de Programas e Projetos

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SETIC – Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

SETUR – Secretaria de Turismo

SETUR – Secretaria de Desenvolvimento do Turismo

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA | 13 |
| 1.1.1 Problema | 13 |
| 1.1.2 Hipótese | 13 |
| 1.1.3 Objetivo Geral e Específicos | 14 |
| 1.1.4 Metodologia | 14 |
| 1.2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL | 15 |
| 1.2.1 Turismo, Política Pública e Planejamento | 17 |
| 1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA | 21 |
| | |
| 2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO QUANTO A SUA OFERTA TURÍSTICA | 22 |
| 2.1 INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS TURÍSTICOS | 29 |
| 2.1.1 Meios de Hospedagem | 29 |
| 2.1.2 Bares e Restaurantes | 30 |
| 2.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS | 31 |
| 2.2.1 Atrativos Naturais | 31 |
| 2.2.2 Atrativos Histórico-culturais | 33 |
| 2.2.3 Atrativos Técnicos, Científicos ou Artísticos | 37 |
| | |
| 3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E O TURISMO DE CAMAÇARI | 39 |
| 3.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 39 |
| 3.2 ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA | 41 |
| | |
| 4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO E A ATIVIDADE TURÍSTICA DE CAMAÇARI | 46 |
| 4.1 PLANO PILOTO DA ORLA MARÍTIMA (1979) | 47 |
| 4.2 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (2008) | 50 |
| | |
| 5 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO EM CAMAÇARI | 64 |
| 5.1 SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SETIC (1986) | 64 |
| 5.2 SECRETARIA DE TURISMO (1989) | 68 |
| 5.3 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO S/A – CODETUR (1993) | 72 |
| 5.4 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE – SEPLAM (1998) E SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS – SEAPRO (2003) | 81 |
| 5.5 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – SETUR (2006) | 83 |

| | |
|--------------------|----|
| 6 CONCLUSÃO | 87 |
| REFERÊNCIAS | 91 |

1 INTRODUÇÃO

Camaçari é um município do Estado da Bahia, que conta com uma população de 220.495 habitantes segundo a contagem de população realizada pelo IBGE em 2007 (BAHIA, 2009). Essa cidade tem uma extrema importância para a economia do Estado. Estando localizado a apenas 41 km da capital, seus dados econômicos retratam o progresso registrado nos últimos anos desde a implantação do complexo petroquímico. Tem a temperatura média 25,4°C e o clima úmido e sub-úmido. Camaçari faz limite com as cidades de Lauro de Freitas, Simões Filho, Dias D'Ávila e Mata de São João (Figura 1).



Figura 1: Mapa Camaçari
Fonte: Camaçari, 2008

Camaçari é um município turístico do estado da Bahia, localizado na região metropolitana da cidade de Salvador, mais precisamente na zona turística Costa dos Coqueiros. Esta cidade tem no turismo uma potencialidade desde o seu surgimento, inicialmente como destino de veranistas na sua sede, devido ao potencial hidromineral e posteriormente com a sua orla, destino habitado por comunidades pesqueiras, hippies e atualmente complexos hoteleiros e condomínios de alto padrão.

Ao citar a potencialidade turística de Camaçari seus recursos naturais e suas riquezas histórico-culturais são fatores que traduzem a vocação turística desta cidade. Com os seus 42 km de orla marítima cortada por rios, sendo a maior faixa litorânea da região, aliada a crescente infra-estrutura turística, Camaçari tem no turismo de Sol e Praia seu mais importante segmento turístico. As demais riquezas provenientes dos atributos ambientais do município como as áreas de manguezais, as lagoas, áreas remanescentes de mata atlântica e os conglomerados de dunas completam o cenário das belezas naturais desta importante cidade. Camaçari ainda detém uma rica potencialidade histórico-cultural devido aos seus atrativos nascidos das tradições herdadas pelos povos que desenvolveram a história do município como uma das igrejas mais antigas do Brasil, comunidades rurais e comunidades remanescentes de quilombos sem esquecer uma gama de manifestações culturais que fazem com que Camaçari seja uma cidade de extrema diversidade cultural. Aliada a estas características que comprovam uma diversidade ambiental e cultural existem ainda fatores como a localização privilegiada a poucos quilômetros do principal portão de entrada do estado que justifica a sua vocação para o desenvolvimento do turismo. Este potencial se tornou mais latente com o advento da estrada do Coco que beneficiou o turismo na região do litoral norte do estado com acessibilidade e possibilitou uma série de investimentos hoteleiros e condomínios de segunda residência. A nova via levava em sua primeira fase acessibilidade para todo o litoral de Camaçari e atualmente novos empreendimentos hoteleiros anunciam sua chegada no município.

Neste sentido o presente trabalho visa estudar o planejamento e a organização do turismo em Camaçari dentro de período de 1986 a 2008.

Em relação ao marco inicial deste estudo em 1986 foi o ano em que o primeiro órgão oficial de turismo foi criado no município de Camaçari a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio e neste ano também foi republicado o Plano Piloto da Orla Marítima, elaborado entre os anos de 1978 e 1979, importante documento que buscava ordenar o espaço urbano do litoral camaçariense que sempre sofreu com as investidas da especulação imobiliária desde a abertura da estrada do coco.

Como marco final deste período a ser investigado o ano de 2008 simboliza um novo momento para o turismo de Camaçari, pois é regulamentado o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e este documento indica uma maior participação do poder público no desenvolvimento do seu território inclusive da atividade turística. Aliado a este fator neste ano finaliza-se a primeira gestão do atual órgão de turismo de Camaçari a Secretaria de

Desenvolvimento do Turismo, criada em 2006 após muitos anos sem a presença da atividade turística na administração direta da cidade.

Camaçari é um município no qual a atividade turística tem relevante importância econômica, porém ainda existe a necessidade de se avançar dos pontos de vista político, administrativo, econômico e social, apesar da considerável expansão sofrida nos últimos anos. Estudar o planejamento e a organização do turismo desenvolvido pelo poder público municipal é onde este estudo está concentrado. Quando tal atividade se transforma em objeto de estudo as proposições para que o turismo evolua começam a surgir, e é neste argumento que este trabalho se afirma como uma proposta inédita de estudo sobre o turismo em Camaçari analisando o que ainda não foi estudado e contribuindo socialmente e cientificamente para o desenvolvimento do turismo nesta cidade.

1.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Dentro das bases organizacionais e metodológicas desta pesquisa serão apresentadas agora para maior entendimento as questões mais relevantes para o desenvolvimento deste estudo.

1.1.1 Problema

Haja vista a vocação turística de Camaçari, até que ponto a administração pública municipal, planejou e organizou o turismo no período de 1986 a 2008?

1.1.2 Hipótese

Devido ao fato de Camaçari ser uma cidade onde a atividade econômica prioritária é a indústria, o turismo não obteve um planejamento e uma organização a altura da grandiosidade de seu potencial turístico entre os anos de 1986 e 2008.

1.1.3 Objetivo Geral e Específicos

Assim este estudo monográfico objetiva, primeiramente, estudar as ações de planejamento e organização do turismo desenvolvidas pela administração municipal no período de 1986 a 2008. Para alcançar tal objetivo buscou-se identificar a legislação municipal no que tange a atividade turística local, analisar planos e projetos de planejamento urbano que envolvam a atividade turística local ao longo do período de 1986 a 2008 e avaliar os órgãos oficiais de turismo e suas respectivas ações projetadas ao longo do período estudado.

1.1.4 Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho proposto serão utilizados o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento histórico, através das técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, no intuito de identificar dentro da história do turismo de Camaçari indícios que comprovem a hipótese apresentada.

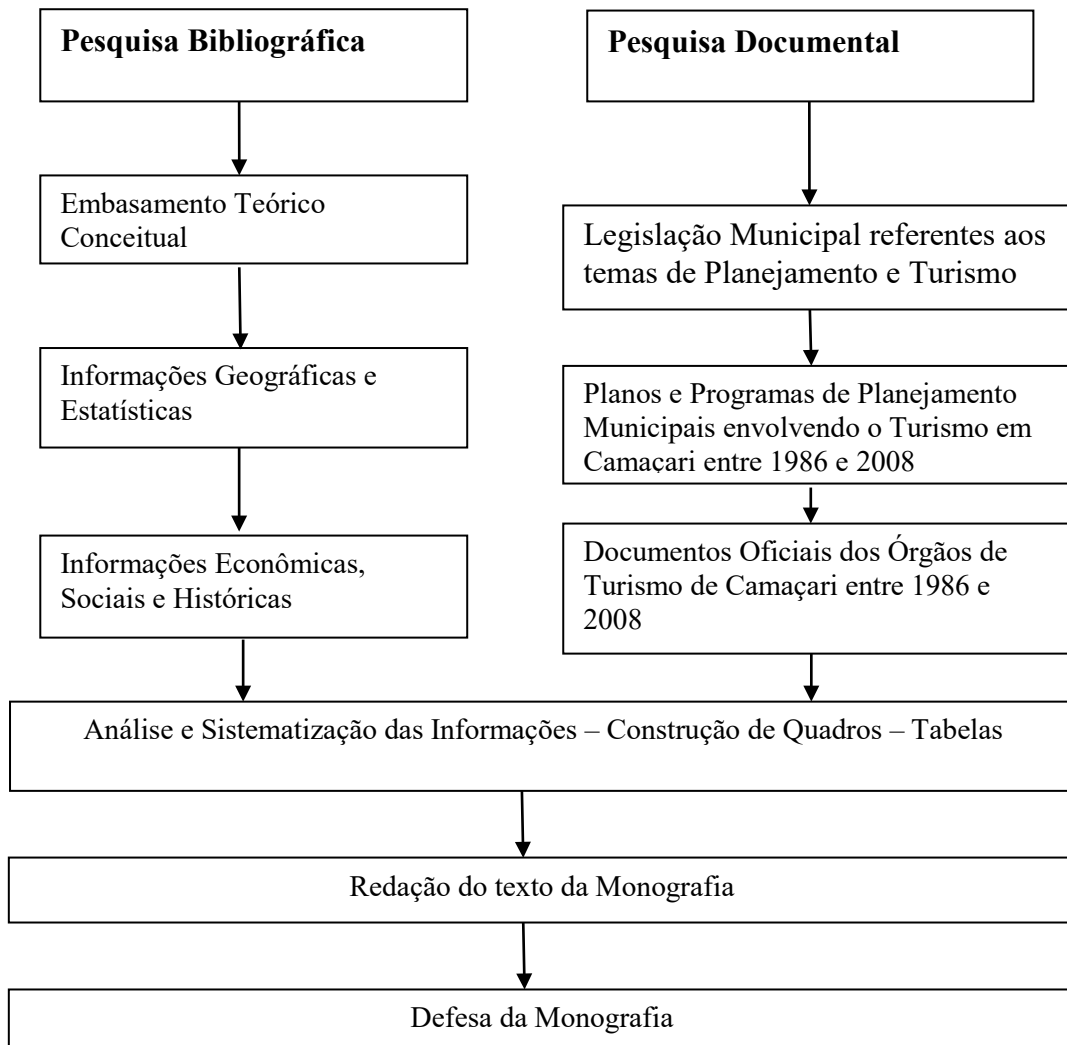
Com relação ao método dedutivo, que de acordo com Marconi e Lakatos (1991) objetiva explicar as informações presentes nas premissas, partindo de conceitos gerais para posteriormente chegar a conhecimentos específicos, a sua escolha se dá devido ser este método o que melhor possibilita o desenvolvimento da pesquisa, pois as próprias políticas públicas do turismo são implementadas partindo de uma política nacional, premissa maior, terminando nas abordagens municipais, que são os conceitos menores, o que se assemelha a forma de desenvolvimento do método dedutivo.

O método de procedimento definido é o histórico que para Marconi e Lakatos (1991, p. 107) consiste em "[...] investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje[...]". Tal escolha deve-se a correlação para esta investigação que se trata de uma análise da evolução histórica do turismo em Camaçari, logo se percebe que tal método tem relação direta com o tema proposto.

A pesquisa documental a ser realizada no presente estudo se configura numa das mais importantes, pois as principais informações a serem encontradas estão localizadas, por exemplo, no arquivo público municipal, ou seja, os documentos oficiais configuram relevância decisiva para o alcance dos objetivos.

O tratamento de dados a ser desenvolvido visa utilizar o resultado da pesquisa documental e bibliográfica para desenvolver a análise crítica do trabalho e ainda construir quadros e ilustrações que ajudem nas afirmações referentes ao tema proposto.

Todo o processo metodológico desenvolvido por este estudo está resumido no fluxograma a seguir:



Fluxograma 1 – Roteiro Metodológico
Elaboração: Azevedo, 2009

1.2 REFERENCIAL TÉORICO E CONCEITUAL

A Organização Mundial do Turismo define turismo como “atividades desenvolvidas por pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros

motivos” (2003, apud OLIVEIRA; FALCÃO, 2007, p. 4). Já a recém criada Lei Geral do Turismo do Brasil define que “considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” (BRASIL, 2008). Outra definição importante é de Oscar de La Torre, para ele

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (apud BRASIL, 2009, p. 49).

Nas duas primeiras definições percebe-se a carência de uma visão holística da atividade, já que para as instituições reguladoras os desdobramentos sociais e ambientais deveriam ser analisados além da abordagem econômica. O que pode ser visto em parte na definição de La Torre é que apesar de não considerar como turismo os visitantes que exerçam atividade lucrativa ou remunerada, o que é tema de discussão para os teóricos do turismo, ele observa a atividade turística como fenômeno social e salienta que as relações sociais, econômicas e culturais são os principais resultados da atividade turística.

Diante do exposto entende-se que para fins de planejamento o turismo deva ser observado considerando todos os seus desdobramentos, uma abordagem multidisciplinar, ou seja, econômico, social, cultural e principalmente ambiental. Logo o conceito de turismo que mais se aproxima do objetivo deste trabalho é o de Jafar Jafari que considera o turismo como “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-ambiental da área receptora.” (apud BENI, 1998, p. 38). O que se pretende destacar é que o turismo do ponto de vista da gestão pública não deve ser analisado apenas como gerador de divisas ou fator que equilibra a balança econômica de serviços, mas que seus aspectos humanos e ambientais sejam considerados e priorizados. Talvez esteja nesta abordagem simplista do turismo a resposta para os impactos negativos causados pelo não planejamento correto da atividade fazendo com que os atores mais frágeis, sendo eles a população receptora e os ambientes naturais sejam destruídos pela atividade turística. Contudo diante das responsabilidades da administração pública frente ao planejamento da atividade turística os gestores deveriam buscar a sustentabilidade do turismo como conceito norteador. Segundo a Organização Mundial do Turismo,

Turismo Sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. (apud BRASIL, 2008, p. 19).

Este conceito já se encontra nitidamente no ideário das políticas de planejamento no país, porém a sua institucionalização ainda deva ser perseguida através das ações de planejamento principalmente no âmbito municipal.

1.2.1 Turismo, Política Pública e Planejamento

Para a sua organização adequada o turismo deve estar diretamente conectado com as decisões políticas governamentais. Segundo Dias (2003) a palavra política é usualmente empregada para indicar a atividade que, de alguma maneira, têm como referência o Estado. Para Matias-Pereira

A função do Estado-nação no mundo contemporâneo é a de ampliar de forma sistemática as oportunidades individuais, institucionais e regionais. Deve preocupar-se, também, em gerar estímulos para facilitar a incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público que proporcionem as condições exigidas para entender às demandas da sociedade contemporânea. (apud BRASIL, 2009, p.46).

Quando a atividade turística se desenvolve sem a presença do Estado os impactos negativos se tornam muitos mais latentes, pois sem esta figura normatizando a atividade e norteando seu desenvolvimento o turismo acaba seguindo apenas as determinações da iniciativa privada, o que pode ter bons resultados ou péssimos. Segundo Pearce o Setor Público

Se envolve no turismo por diversas razões, o nível de intervenção do governo varia de um país para outro, em grande parte como uma função das políticas e filosofias políticas mais amplas. Os fatores econômicos estão em geral em primeiro plano. Isso inclui aumentar os ganhos do câmbio exterior, as taxas estaduais, o número de empregos, a diversificação econômica, o desenvolvimento regional e o estímulo do investimento não voltado ao turismo. As responsabilidades sociais, culturais e ambientais também levam a um envolvimento do governo, bem como diversas considerações políticas.

O Estado também pode exercer uma função de proprietário da terra ou gerente do recurso. (apud LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 243)

Logo se tornam perceptíveis as atribuições do Setor Público relacionadas ao turismo. Tais atribuições devem ser realizadas pelos diversos setores da administração pública, ou seja, a Federação, os Estados e principalmente os municípios devem assumir o protagonismo na formulação das políticas norteadoras para o turismo. Burkart e Medlik salientam que

Em nível nacional, o turismo é, em primeira instância, uma responsabilidade do governo; ele deve formular uma política do turismo que pode ser traduzida em um plano. Tal política esclarece como o turismo é visto no contexto da economia nacional, os objetivos que devem ser atingidos e como o turismo deve entrar no planejamento quantificado e taxas de crescimento. Quando a função do turismo é definida, a política apresenta uma declaração dos meios pelos quais os objetivos deverão ser atingidos; os meios englobam questões como planejamentos administrativos, a respectiva função dos setores público e privado e os planejamentos fiscais. (apud LICKORISH; JENKINS, 2000)

Desta forma, pode-se entender que a política é um conjunto de decisões do governo que buscam orientar o planejamento em determinado tema. Para Beni as políticas devem ser

Orientações específicas para a gestão diária do turismo abrangendo os muitos aspectos da atividade. Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos e, como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país, em que é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos. (apud BRASIL, 2009, p. 48)

Neste sentido as políticas públicas assumem o caráter prático da ação política desenvolvida pelo Estado como é discutido por Dias definindo política pública como

O conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm de estar direcionados ao bem comum. (2003, p. 121)

Em um caráter mais prático a política pública pode ser observada como orienta o Ministério do Turismo,

Política Pública é um conceito da economia e da política que designa um tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. A implementação e gestão das políticas públicas é responsabilidade de atores políticos, eleitos ou de carreira pública, e servidores públicos especializados nos mais diversos campos da administração pública (finanças, controle, planejamento tático e estratégico, legislação, governabilidade e governança) nos diversos setores (transportes, saúde, educação, segurança, turismo, habitação etc.). (BRASIL, 2009, p. 47).

Percebe-se então que o mecanismo público com a finalidade de transformar uma determinada necessidade da sociedade em ação institucional é a política pública, e o turismo faz parte do grupo de temas que devem ser priorizados do ponto de vista do planejamento político municipal. Segundo o Ministério do Turismo

O planejamento deve ser considerado como um processo contínuo e permanente, dentro de um tempo pré-determinado, que se utiliza de instrumentos apropriados para decisões antecipadamente, de modo a simular uma situação futura desejada. Tais instrumentos vão permitir a escolha e a seleção dos meios adequados para atingir os objetivos propostos (BRASIL, 2006, p. 12)

A atividade turística diante de sua magnitude mundial se torna refém das decisões na menor das esferas de organização do Estado, o município. É no município, e sob a responsabilidade dele, que os atrativos turísticos estão localizados, que toda infra-estrutura deve ser construída, é no município que os impactos positivos e negativos da atividade são sentidos e é lá que todos estes elementos devem ser planejados, ou seja, a política municipal tem extrema importância para o sucesso do turismo.

Faz-se necessário observar as políticas públicas como ações mitigadoras dos impactos socioambientais do turismo ou de outra qualquer atividade econômica. Segundo Mendonça

O turismo é considerado uma indústria e, assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não-sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferência para outros locais de exploração. (1999, p. 19)

Mendonça ainda cita um exemplo de processo de degradação ambiental em áreas litorâneas causado pelo turismo mal planejado que se assemelha com o que foi e é enfrentado no município de Camaçari

O turismo dá também início ao processo de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem completamente secundárias. Desse modo, o aterro de mangues e de lagunas, a eliminação de áreas de florestas originais, a ocupação de dunas e a construção sobre altas declividades são perfeitamente possíveis e extremamente freqüentes, em todo nosso litoral, por exemplo. (1999, p. 22).

A política de turismo vem se transformando em requisito de destaque para o alcance do desenvolvimento da atividade turística e para Beni ela

É a espinha dorsal do ‘formular’ (planejamento), do ‘pensar’ (plano), do ‘fazer’ (projetos, programas), do ‘executar’ (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do ‘reprogramar’ (estratégia) e do ‘fomentar’ (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (2001, p.77, apud DIAS, 2003, p.120)

Complementando a discussão referente à política de turismo se faz necessário trazer um esclarecimento referente a este assunto. Dias salienta que

Uma política de turismo, formalmente instituída através de um documento norteador, pode ser inexistente, mas desde que existam medidas empreendidas pelo Estado, em que nível for, seja no sentido de orientar, regulamentar ou ordenar a atividade ou segmentos do turismo; existe uma política do turismo. Pode ser incipiente, mal formulada, segmentada, setORIZADA, mas, desde que existam as ações, há uma política de turismo. (2003, p. 120).

Beni acrescenta quando afirma que a política de turismo deve atender requisitos que ultrapassem as questões econômicas, “para fins de uma política de turismo, o combate aos vários tipos de poluição, a defesa da paisagem, do ar, das águas, dos espaços livres, da vegetação são tão indispensáveis quanto a conservação da memória histórica e cultural do país” (1999, p. 99), e destaca que:

A condicionante social deverá fazer que o turismo constitua incentivo à criatividade, às artes e às manifestações sociais, artesanais e folclóricas, e que sejam crescentes o número de pessoas atingidas por essa política e as áreas por ela interessadas ou beneficiadas. (Ibid., p. 99).

Ou seja, a atividade turística do ponto de vista da administração pública deve ser desenvolvida tendo como principal foco a melhoria das condições de vida dos cidadãos, pois os impactos positivos que envolvam a população receptora atingiram também os turistas e visitantes.

1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Quanto à estrutura esse estudo monográfico possui 5 capítulos além da conclusão. O Capítulo 1 traz a justificativa da pesquisa, sua metodologia e organização. O Capítulo 2 apresenta o município de Camaçari quanto a sua oferta turística. O capítulo 3 começa a apresentar a legislação municipal no tocante ao ordenamento do espaço urbano e ao ordenamento da própria atividade turística. Já o capítulo 4 desenvolve uma discussão referente ao planejamento urbano do município apresentando os impactos gerados ao longo do período estudado e um indicativo para os próximos anos. O capítulo 5 apresenta todos os órgãos de turismo que já existiram em Camaçari, sua estrutura organizacional e suas principais realizações. Por fim a conclusão deste trabalho apresenta as considerações referentes à integração das análises dos capítulos anteriores e a observação referente ao alcance ou não da hipótese apresentada, trazendo ainda propostas para a situação estudada.

2 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO

Camaçari conta com um território de 760 km² e uma orla marítima que detém aproximadamente 42 km sendo a maior de todo litoral norte do estado da Bahia. Suas vias de acesso são as rodovias BA-512, BA-535 e a BA-099, mais conhecida como Estrada do Coco. Essa via assume vital importância para o turismo municipal por ter influenciado no desenvolvimento da orla marítima de Camaçari e por conectar o município com o Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães, o principal portão de entrada do estado da Bahia.

O Produto Interno Bruto (PIB) municipal alcançou em 2005 o montante de R\$ 10.340,4 milhões, correspondente a 11,37% do PIB estadual. O PIB está assim distribuído, 18,01% no Setor de Serviços, 0,06% na Agropecuária, 58,68% na Indústria e 23,25% correspondem a impostos (BAHIA, 2009), esses dados mostram com clareza a importância da atividade industrial no município, assumindo destaque com mais da metade do produto interno bruto da cidade. Segundo a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município de Camaçari saltou de 0,651 em 1991 para 0,734 em 2000, um pouco abaixo da média dos municípios de mesmo porte que mede 0,800, ocupando assim a 2.321^a posição entre os 5.512 municípios brasileiros. Segundo informações obtidas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em 2004, o município de Camaçari ocupava a 2^a posição entre os municípios baianos quanto ao Índice de Desenvolvimento Econômico, e a 9^a posição em relação ao Índice de Desenvolvimento Social.

Com relação à divisão geográfica do estado de acordo com a política de turismo temos outras duas organizações do território baiano, sendo a divisão em zonas turísticas, na qual o município compõe a Costa dos Coqueiros (Figura 2), e a divisão em Pólos de Desenvolvimento, no qual Camaçari participa do Pólo Salvador e Entorno (Figura 3).



Figura 2: Camaçari na Costa dos Coqueiros
Fonte: Bahia, 2009



Figura 3: Pólos de Desenvolvimento
Fonte: Bahia, 2009

Dentro do território deste município as questões ambientais são diversas e envolvem uma série de problemáticas relacionadas ao meio ambiente. Segundo Sandes-Sobral

Dentre os municípios baianos, o de Camaçari tem sido o melhor estudado sob o ponto de vista ambiental, tanto pelos de possíveis impactos ambientais, gerados pelas indústrias do Pólo Petroquímico, como, recentemente, pelo aperfeiçoamento da Legislação Ambiental relativa às Unidades de Conservação. (2008, p. 251)

Desde impactos gerados pelas indústrias a impactos cometidos pela especulação imobiliária. Apesar desta realidade Camaçari detém uma serie de Unidades de Conservação em seu território com a finalidade de resguardar características naturais do município frente a diversos tipos de ameaças e acabam por simbolizar mais ainda a potencialidade de recursos naturais presentes no município.

| UNIDADE DE CONSERVAÇÃO | ÁREA TOTAL |
|---|--------------------------|
| APA da Bacia Hidrográfica do Joanes/Ipitanga | 5.022 ha |
| APA Lagoas de Guarajuba | 230 ha |
| APA Rio Capivara | 1.800 ha |
| Cinturão Verde de Proteção do Complexo Petroquímico de Camaçari | 2.707 ha |
| Área de Proteção Permanente Parque da Dunas de Abrantes | 700 ha |
| APA da Plataforma Continental do Litoral Norte | 3.622,66 km ² |
| Parque Florestal e Reserva Ecológica Garcia Dávila | 7.000 ha |

Quadro 1: Unidades de Conservação em Camaçari

Adaptada: Brandão, 2004

Elaboração: Azevedo, 2009

Dentre as unidades de conservação citadas as que mais se destacam para o presente estudo são as que estão localizadas na faixa litorânea do município sendo elas a APA Joanes/Ipitanga, a APA do Rio Capivara e a APA Lagoas de Guarajuba.

A APA Joanes/Ipitanga tem a sua importância voltados em proteger os mananciais dos Rios Joanes e Ipitanga necessários para o sistema de abastecimento de água para a Região Metropolitana de Salvador (BAHIA, 2009). A APA tem uma área total de 64.463 ha e está localizada na Região Metropolitana de Salvador, abrangendo os municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila.

A região onde está inserida a APA Joanes/Ipitanga apresenta clima quente-úmido e abundância de recursos hídricos. As suas belas praias associadas às dunas com vegetação de restinga abrigam espécies da fauna e da flora de grande importância ambiental para o equilíbrio ecológico. Os manguezais, ricos em biodiversidade, são encontrados no estuário do Rio Joanes, são encontrados também remanescentes de Mata Atlântica e avifauna bastante representativa.

A Área de Proteção Ambiental Rio Capivara está localizada no Distrito de Abrantes, no município de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador. Limita-se ao sul, com a indústria Lyondell, ao norte, com o Rio Jacuípe, ao leste com o Oceano Atlântico e, ao oeste com o Rio Capivara Grande. Com 1.800 ha, a APA foi criada pela necessidade de conservação da área, devido ao seu potencial turístico e de lazer e pela presença de ecossistemas ricos em biodiversidades (Ibid.).

Essa APA apresenta ecossistemas do tipo mangue, dunas, rio, brejo, restinga, lagoa, mata secundária e praia. Os citados ecossistemas apresentam flora e fauna peculiares aos seus sistemas, e são ambientes na maioria frágeis e protegidos por leis federais e estaduais, devendo ser respeitadas pela população, visitantes e investidores.

A população que habita a APA do Rio Capivara constitui-se de nativos, pescadores, agricultores e comerciantes, que moram em Machadinho, Jorrinho, Areias, Arembepe, Jacuípe e arredores. Investidores, veranistas, turistas e residentes, a maioria da população, preocupa-se com a conservação sócio-ambiental e cultural do local.

A APA Lagoas de Guarajuba possui área de 2200 hectares e limita-se a noroeste com a Estrada do Coco, a sudeste com o rio Jacuípe e nordeste com o rio Pojuca e a sudeste com a plataforma marinha. Seus atributos naturais são os rios Jacuípe e Pojuca, manguezais, lagoas, restingas, recifes de corais e dunas. As comunidades presentes nessa APA são Barra de Jacuípe, Monte Gordo, Guarajuba, Barra de Pojuca e Itacimirim (Ibid.).

Camaçari também é uma cidade rica em tradições, manifestações culturais e riquezas históricas. As bases da formação de sua população explicam tamanha diversidade que é tão valorizada pela atividade turística. A história de Camaçari data muito antes da criação do complexo industrial que impulsionou o seu desenvolvimento, a história de Camaçari está dividida em períodos que juntos explicam e justificam as características de um povo genuinamente brasileiro.

Os primeiros povos que ocuparam a região, assim como praticamente em todo o Brasil, foram os índios, que no caso de Camaçari, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (2006), que produziu uma interessante pesquisa referente a história de Camaçari seriam os índios Tupinambás que povoavam as margens do Rio Joanes onde se organizavam em aproximadamente 5 a 8 aldeias. A região da atual Abrantes tem extrema importância para o município de Camaçari, pois, foi lá em 1558 que foi criada a Aldeia do Divino Espírito Santo, juntamente com a Igreja “Sant Spiritus” ou do Divino Espírito Santo um dos patrimônios arquitetônicos mais ricos do município de Camaçari, sendo idealizada pelos padres João Gonçalves e o irmão Antônio Rodrigues com o intuito de catequização dos índios, mantendo até os dias atuais traços da sua organização espacial (Ibid.). Além da influência da vila jesuítica nesta região outras duas personalidades têm relevância na história deste município. São elas os portugueses Garcia Dávila e a Marquiza de Niza que detiveram a seguinte participação,

Este município praticamente teve início em duas grandes propriedades, as terras da Marquiza de Niza, tendo uma pequena área parcialmente cedida aos jesuítas para as missões (aldeia do Espírito Santo, com os índios Tupinambá), e a terra de Garcia D’Ávila, ao norte do município. Aos poucos essas terras foram se dividindo formando pequenas fazendas e depois povoados. (Ibid.)

Voltando a falar da importância da vila jesuítica no território do que iria se chamar Camaçari anos mais tarde tem-se outros fatos importantes. Entre os anos de 1624 e 1640 os índios Tupinambás da Aldeia do Divino Espírito Santo junto com os moradores da Casa da Torre (atual Mata de São João) tiveram importância decisiva no enfrentamento da Invasão Holandesa. Em 1755 os jesuítas são expulsos da Aldeia e ela se passa, no ano de 1758, para categoria de Vila, sendo agora denominada de Vila Nova do Espírito Santo de Abrantes (Ibid.).

Falando agora de outra influência presente na região temos a importância dos Quilombos que se instalaram onde hoje se conhece como Cajazeiras de Abrantes. A comunidade de Cordoaria detém de uma considerada riqueza histórica e cultural pelo fato de ser remanescente dos quilombos que se encontravam nas proximidades de Abrantes. Correlacionando então os povoados indígenas e os quilombos dos escravos africanos em Camaçari, temos a seguinte informação

Estudos recentes abordam a possibilidade da junção entre índios e negros nos quilombos. Fugindo do trabalho forçado, muitos nativos se

aquilombavam, convivendo aí com escravos e ex-escravos na luta contra a exploração da sua força de trabalho. Ou em alguns casos, os índios conviviam nos quilombos como única forma de sobrevivência frente a pobreza e a fome. Esse último caso, podendo ter existido em algumas localidades na região do que é hoje o município de Camaçari. (Ibid. Não paginado).

Percebe-se então uma síntese dos acontecimentos na região da futura Camaçari que se desenvolviam no início da história do Brasil. Pode-se observar a influência dos povos indígenas, dos escravos provenientes da África e dos portugueses colonizadores nesta região.

Voltando a abordar o desenvolvimento do território do município de Camaçari, a Vila de Abrantes volta a ser modificada agora na era do Brasil Império. A mesma foi extinta em 1846 sendo integrada ao município de Mata de São João, porém tal ação não perdurou por muito tempo, pois em 1848 é restabelecida, desvinculando seu território do município citado (Ibid.). Neste período tem-se um importante acontecimento responsável pelo desenvolvimento do município em fins do século XIX, a implantação da linha férrea. O trajeto desta linha “saía de Salvador, passando por Simões Filho, Camaçari (Parafuso e Sede – Camaçari), Dias D’Ávila, seguindo em direção a Alagoinhas, onde existe um cruzamento, dividindo a estrada em duas direções: Região do São Francisco e Sergipe” (Ibid.), com a chegada da mesma o distrito de Parafuso chegou a sediar o município neste período. A influência da linha férrea no município de Camaçari fez com que se ocupa-se territórios em regiões as margens da linha férrea fazendo com que bairros desenvolvessem devido a existência deste equipamento.

A estrada de ferro no município de Camaçari intensificou o crescimento demográfico e urbano de algumas regiões em torno de seus locais de passagem. O arraial de Parafuso ganhou grandes proporções com a chegada da linha férrea, inclusive seu nome é atribuído a um acidente com o vagão que transportava parafusos no local. Intensificou a minifundização (divisão das terras em propriedades menores). Na sede do município a estação de trem deslocou o centro urbano de Camaçari de Dentro para o entorno da atual praça da matriz (hoje Praça Desembargador Montenegro) e pouco a pouco criou um bairro no local onde se instalaram as bombas de abastecimento de água das locomotivas (Bairro da Bomba). (Ibid. Não paginado).

Outro acontecimento que influenciou a ocupação e conseqüentemente o desenvolvimento do município foi a descoberta do potencial hidromineral de Camaçari,

principalmente no seu então distrito de Dias Dávila. “Além da estrada de ferro outro importante vetor de crescimento do município pode ser atribuído ao fato de que Padre Camilo Torrend descobriu e propagou a excelência das águas minerais da região do Imbassaí (Dias Dávila) em 1918” (Ibid. Não paginado) e isto intensificou a ocupação nestas regiões do município.

Em 1920 uma lei municipal decreta a criação do distrito de Camaçari desmembrado de Vila de Abrantes e em 1925 um decreto estadual cria o topônimo “Montenegro” mudando assim o nome da cidade e muda a sede do município para o distrito de Camaçari que acabara de ser elevada ao grau de Vila. E finalmente em 1938 devido ao decreto estadual 10.724 de 30 de março o município passa ser chamado de Camaçari tendo como distritos a sede, Abrantes e Monte Gordo. Ainda citando as modificações no território de Camaçari em 1953, outro decreto estadual cria o distrito de Dias Dávila se somando aos outros distritos já citados, porém tal formação não perdura aos tempos atuais, pois em 1985 Dias Dávila se desmembrou tornando-se um município próprio e então Camaçari tomou a sua formatação atual sendo constituída pelos distritos de Abrantes e Monte Gordo além do distrito sede (Ibid.).

Logo, a história da Vila de Abrantes e das igrejas e outras edificações que ainda mantêm a riqueza arquitetônica, a representatividade da comunidade remanescente de Quilombo em Cordoaria, todo o processo de construção da cidade aliados as manifestações culturais simbolizam a riqueza da história desta importante cidade baiana.

2.1 ESTRUTURA DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

Com relação ao setor de serviços Camaçari vem avançando nos últimos anos no intuito de atingir uma maior independência com relação ao comércio com a cidade de Salvador. Como uma das cidades da região metropolitana mais próximas de Salvador o setor de serviços de Camaçari sempre sofreu com a proximidade com a capital inibindo assim o desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais. Isto pode ser comprovado no trecho a seguir do Plano Municipal de Desenvolvimento de Camaçari datado de 1974,

Situado a pequena distância de Salvador, Camaçari recebe o impacto polarizante da capital, com a qual mantém uma relação de grande dependência comercial. Em meados de 1974, o Município possuía 203 estabelecimentos comerciais varejistas, figurando com maior destaque os dos ramos de gêneros alimentícios, tecidos e objetos de uso pessoal, que se abastecem normalmente nas praças de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Existiam, ainda, cerca de 90 estabelecimentos diversos prestadores de serviços, destacando-se hotéis, pensões, barbearias, oficinas mecânicas e outros concentrados nos núcleos urbanos de Camaçari e Dias D'Ávila. Quanto aos serviços bancários, a sede dispõe de duas agências de bancos privados e uma do Banco do Estado da Bahia em instalação. (CAMAÇARI, 1974)

Mesmo sendo uma citação que se refere a um período anterior ao que está sendo estudado se faz relevante para mostrar essa relação de dependência entre o município de Camaçari para com a cidade de Salvador que se apresenta além dos setores de comércio e serviços. Muitas vezes a questão da territorialidade se confundiu ao longo da história fazendo com que Camaçari perdesse o domínio até mesmo de seus atrativos naturais e culturais, tendo por exemplo a sua orla marítima sendo divulgada como litoral norte de Salvador.

2.1.1 Meios de Hospedagem

A hotelaria em Camaçari se desenvolveu a base de estímulos indiretos envolvendo a orla marítima do município. A partir da criação da Estrada do Coco em meados da década de 1980 se instalou na região de influência da via uma intensa corrida imobiliária.

Citando o setor de meios de hospedagem relacionados ao turismo de lazer na orla do município e o turismo de Negócios na sede de Camaçari, segundo a Secretaria de Turismo de Camaçari (2009) existem 70 meios de hospedagem se dividindo em pousadas, hotéis e resorts

| | |
|---|--|
| MEIOS DE HOSPEDAGEM LOCALIZADOS NA SEDE | 14 HÓTEIS 04 POUSADAS |
| MEIOS DE HOSPEDAGEM LOCALIZADOS NA ORLA | 25 POUSADAS 05 RESORTS 24 HÓTEIS 01 SPA |
| TOTAL DE MEIOS DE HOSPEDAGEM EM CAMAÇARI | 70 EMPREENDIMENTOS |

Quadro 2: Meios de Hospedagem em Camaçari
Fonte: Secretaria de Turismo de Camaçari, 2009
Elaboração: Azevedo, 2009

É válido salientar que estão previstos para Camaçari a chegada de mais empreendimentos hoteleiros de padrão internacional que poderão duplicar a potencialidade hoteleira com relação ao número de unidades habitacionais.

2.1.2 Estabelecimento de Alimentos e Bebidas

O Município de Camaçari no tocante ao segmento de alimentos e bebidas tem um grande contingente com relação ao número de estabelecimentos, porém não tem uma política de acompanhamento satisfatória, conseqüentemente às informações sobre este segmento encontram-se desorganizadas. Segundo informações da Secretaria da Fazenda (2009) existem 646 equipamentos considerados restaurantes e similares em todo o município.

Outro dado importante é a quantidade de barracas de praia ao longo dos 42 km de orla marítima de Camaçari. As barracas de praia se configuram em importante estrutura para o atendimento ao turista e também é cercada de diversos entraves na sua gestão.

| LOCALIDADE | QUANTIDADE DE BARRACAS |
|---------------------------------------|-------------------------------|
| Jauá | 60 |
| Arembepe | 14 |
| Balneário Capivara (Emissário CETREL) | 09 |
| Barra do Jacuípe | 18 |
| Guarajuba | 18 |
| Genipabu | 02 |
| Itacimirim | 15 |
| Total | 136 Barracas de Praia |

Quadro 3: Quantitativo de Barracas de Praia no litoral de Camaçari

Elaboração: Azevedo, 2010

Fonte: Camaçari, 2008.

Percebe-se então através dos dados apresentados uma quantificada estrutura de serviços de gastronomia, mas que necessita de uma maior organização por parte do poder público para que possa ser também chamada de qualificada estrutura turística.

2.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS

A qualidade e diversidade dos atrativos turísticos são imprescindíveis para compor a estrutura da atividade turística. São também responsáveis para justificar a potencialidade de um destino e agora serão apresentados os principais argumentos que justificam a necessidade do investimento no turismo em Camaçari.

2.2.1 Atrativos Naturais

Os atrativos naturais em Camaçari estão perfilados na sua grande maioria ao longo dos seus 42 km de orla marítima. Praias, rios, fontes termais, balneários, manguezais expressam a diversidade presente nas localidades de Busca Vida, Vila de Abrantes, Jauá, Arembepe, Barra do Jacuípe, Guarajuba, Itacimirim e Barra do Pojuca.

As praias em Camaçari simbolizam o mais valioso atrativo natural, já que o maior segmento explorado na região é justamente o turismo de sol e praia.

| | NOME | DESCRIÇÃO |
|------|--|--|
| I | Praia de Busca Vida 10 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 6.600m, delimitando-se entre a foz do rio Joanes e o limite Nordeste do Condomínio Busca Vida. Mar aberto e ondas fortes |
| II | Praia de Jauá 16 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 4.100m, delimitando-se entre o Condomínio Busca Vida e a MILLENIUM. Originalmente uma vila de pescadores e descoberta por veranistas. Pode-se escolher nadar nas piscinas naturais protegidas por recifes ou pegar ondas. |
| III | Praia de Interlagos 20 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 2.300m, delimitada a oeste da indústria MILLENIUM e a nordeste do Condomínio Interlagos. Praia de mar aberto com ondas fortes, própria para surf, situada entre dois lagos, separada pelas dunas e coqueiral. |
| IV | Praia da Pedra da Cruz 22 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 1.900m, situando-se entre os limites da propriedade do Condomínio Interlagos e o Loteamento Coqueiral da Pedra da Cruz. Praia recomendável para banho, mar aberto |
| V | Praia de Arembepe 24 da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 3.200m, situa-se entre o limite da propriedade do Loteamento da Pedra da Cruz e o limite da Parque Ecológico do Rio Capivara. Acesso ótimo a partir da estrada do coco. Praia bem protegida, boa para o banho e também para pesca, com piscinas naturais. Antiga vila de pescadores, que nas décadas de 1960/1970 se tornou famosa como “paráiso hippie”. |
| VI | Praia do Parque 27 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 7.400 m, situa-se entre os limites do Parque Ecológico do Rio Capivara. Praia perigosa para o banho em virtude da existência de afloramento de recifes. |
| VII | Praia Barra do Jacuípe 34 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 800 m, situa-se no eixo da foz do Rio Jacuípe a 400 m, de cada lado. Antiga vila de pescadores, descoberta por veranistas e turistas a partir da década de 1970. Encontro do rio-mar oferece um espetáculo de grande beleza. Excelente para pesca e para prática de esportes náuticos. Perigosa para banho quando na maré alta pelas fortes correntezas. |
| VIII | Praia de Genipabu 35 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 5.000 m, situa-se entre a praia de Jacuípe e a via de ligação São Bento-litoral. Excelente para o banho em toda sua extensão, formado piscinas naturais. |
| IX | Praia da Severa 41 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 1.000 m, situada entre a ligação São Bento-litoral e o limite do loteamento Canto do Mar. Praia boa para o banho, com trecho protegido por recifes. |
| X | Praia de Guarajuba 42 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 4.200 m, situa-se entre o limite do Loteamento Canto do Mar e o Hotel Itacimirim. Praia boa para banho em toda sua extensão. Apresenta uma concentração de pescadores no trecho denominado Praia do Porto. |
| XI | Praia da Espera 44 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 1.200 m, localizada entre o Hotel Itacimirim e o limite Nordeste do Loteamento Praia da Espera. Praia boa para banho. |
| XII | Praia de Itacimirim 50 km da Estrada do Coco | Com extensão horizontal de 3.800 m, situa-se entre os limites do Loteamento Praia da Espera e a foz do rio Pojuca. Praia de mar aberto, boa para banho, surf e pesca. Originária de uma vila de pescadores. |

Quadro 4: Zoneamento das Praias de Camaçari

Fonte: Brandão, 2004.

Vale ressaltar que dentro da divisão das praias acima apresentada ainda existe na maioria dos lugares uma subdivisão, o que aumenta a diversidade de atrativos naturais deste segmento.

Em seguida temos os rios Joanes, Jacuípe, Capivara e Pojuca que podem ser considerados como parte dos atrativos naturais de Camaçari, pois ao longo dos cursos destes rios se localizam uma série de pontos de banho formando balneários naturais. A prainha de Parafuso formada pelo rio Joanes, a Cascatinha dos Prazeres e as corredeiras do rio Pojuca em Barra do Pojuca e o Balneário Capivara, conhecido também como Emissário por se localizar nas proximidades do Emissário Submarino da CETREL, empresa encarregada em tratar os efluentes do Pólo Petroquímico de Camaçari, em Arembepe, são bons exemplos. Ainda temos o encontro do Rio Jacuípe e do Rio Pojuca com o mar, em Barra do Jacuípe e Barra do Pojuca respectivamente, que são mais um exemplo destes atrativos naturais de Camaçari que contam com certa estrutura se configurando em pontos de lazer para a população local e também lugares para serem visitados por turistas. Existe ainda o complexo de dunas de Abrantes que possibilita na localidade de Jauá uma serie de atividades utilizando este recuso natural.

2.2.2 Atrativos Histórico-Culturais

Camaçari é um destino de importantes atrativos histórico-culturais. A Vila de Abrantes, a Aldeia Hippie de Arembepe e os grupos de manifestações culturais representam os atrativos histórico-culturais de Camaçari.

A Vila de Abrantes tem como referencia maior a Igreja do Divino Espírito Santo construída em meados do século XVII em uma área de 436 m² e segundo a Secretaria de Turismo

A Igreja é uma construção robusta de uma só nave com pé direito muito alto e recoberta por telhado de duas águas sem forro. Os altares primitivos, coro e o forro da capela-mor do tipo prismático fixado na tesoura de linha alta, desapareceram. Em cantaria são feitos: portada, arco cruzeiro, bacia de púlpito, cercadura das janelas e pia batismal. Das imagens destacam-se as de São Sebastião (madeira), Nossa Senhora das Dores (roca) e Senhor Morto (madeira) de tamanho natural, imagens do século XVIII. Até o final da década de 1950,

existia na igreja imagens mutiladas de terracota medindo cerca de um metro. Eram provavelmente do século XVII. (CAMAÇARI, 1991).

Como pode ser observado trata-se de um patrimônio histórico municipal de extremo valor que compõem o conjunto de atrativos turísticos de Camaçari.

A Aldeia Hippie de Arembepe é o ícone mais famoso do turismo de Camaçari. Fruto do movimento hippie a Aldeia de Arembepe foi e continua sendo um importante patrimônio municipal e

Ainda hoje o movimento resiste tornando a área um ponto de visitação turística. Preserva as mesmas características dos anos 60, em especial as casas de palha. A aldeia fica as margens do Rio Capivara, sobre as dunas que separam o rio e a lagoa do Oceano Atlântico. A venda do artesanato é a única atividade econômica dos moradores que escolheram um modo de vida alternativo. (CAMAÇARI, 2009, p. 355.)

Por último temos para exemplificar a potencialidade cultural de Camaçari apresentaremos os grupos culturais que existem em Arembepe, localidade de importante vocação turística.

| GRUPOS CULTURAIS | DESCRIÇÃO |
|--|---|
| Samba de Roda Nativas de Arembepe | É uma mistura de música, dança poesia e festa. No grupo participam desde crianças a pessoas da 3ª idade. Enquanto os homens tocam instrumentos de samba como o atabaque, pandeiro viola e chocalho às mulheres numa grande roda batem palmas, cantam e sambam. No começo, samba uma pessoa sozinha no meio da roda, que através de uma “umbigada” convida outra participante para substituí-la. Depois, componentes de diferentes idades tomam o centro da roda mostrando como se dança o samba de roda. |
| Associação de Capoeira Abolição | Inicialmente, foi criado o grupo de capoeira, mas agora inclui o resgate de manifestações culturais como o Maculelê, Puxada de Rede, Dança Afro e Samba de Roda. |
| Chegança Masculina dos Mouros | Tradição passada de pai para filho, também conhecida como "Chegança" ou "Marujada". É formada por pescadores locais que, com pandeiros em mãos, palmas e voz realizam três tipos de apresentações. Mouros: encenam uma guerra travada em alto-mar entre os Cristãos e seus inimigos Mouros. Piloto: conta a história do marinheiro embriagado que não consegue pilotar o navio e termina por encalhá-lo. Os tripulantes mais experientes chamam o marinheiro e ordenam que ele ponha o navio de volta em alto-mar, enquanto outros estão saqueando a embarcação. Com o barco parado, começa uma briga entre os tripulantes. Guarda Marinho: o marinheiro responsável pelo navio ancorado no Porto resolve roubar tecidos e vendê-los dentro do navio. Descoberto pelo comandante, o malandro tenta negar, mas entra em contradição e pede perdão. |
| Chegança Feminina | De tradição de família, a Chegança Feminina é conduzida por Dona Bete mãe de Robson, representante da Chegança Masculina. O grupo é composto somente por mulheres tem apresentação semelhante ao da Chegança Masculina, não realizam apenas a representação dos Mouros. A tradição é passada de mãe para filha, contribuindo para que a cultura da Chegança não se perca com o tempo. |

Quadro 5: Grupos Culturais de Arembepe
Elaboração: Azevedo, 2010.

Existem ainda grupos como o Boi Janeiro em Parafuso, o Terno de Reis Espermacete em Barra do Pojuca e o Grupo de Capoeira Engenho em Abrantes que são outros exemplos da diversidade cultural existente em Camaçari (Ibid.).

2.2.3 Atrativos Técnicos, Científicos ou Artísticos

Dentro deste segmento temos como destaque uma base do Projeto Tamar, em Arembepe, e a Cidade do Saber na sede do município.

O Projeto Tamar está situado nas proximidades da aldeia Hippie em Arembepe desde 1992. Segundo a Secretaria de Turismo de Camaçari o Projeto Tamar escolheu o município para se instalar devido ao fato de que

A região concentra o maior número de desovas do país: cerca de 1.500 a cada temporada, principalmente da tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*). Também ocorrem a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), oliva (*Lepidochelys olivacea*) e verde (*Chelonia mydas*). (Ibid. p. 336)

Tem-se na existência de uma base do Projeto Tamar mais um aspecto que colabora com a importância de Camaçari no cenário turístico regional. Ainda citando o órgão oficial de turismo de Camaçari sobre o trabalho desta base tem-se que

O monitoramento é realizado em 45 km de praias, situadas entre o Esporte Clube Bahia na praia de Armação em Salvador (limite sul) e o Rio Jacuípe, em Camaçari (limite Norte). São elas: Salvador, Itapuã, Buraquinho, Busca Vida, Jauá, Santa Maria, Arembepe e Berta. Com a conscientização dos moradores e veranistas locais, atualmente cerca de 14 km de praia são considerados Área de Estudo Integral. Os ninhos situados nas praias de Santa Maria, Busca Vida e Arembepe são monitorados sem registros de predação humana. Busca Vida e Santa Maria são os dois principais bolsões de desovas desta base. (Ibid. p. 336)

Esta base conta ainda com um centro de visitantes que desenvolve um excelente trabalho com educação ambiental com ênfase no ciclo de vida das tartarugas marinhas. Existe no centro de visitantes uma loja de souvenirs do próprio projeto, tanques para reabilitação e pesquisa das tartarugas marinhas, tanque de toque de animais marinhos e um cercado de incubação de ovos.

A Cidade do Saber pode ser considerada como um atrativo com muitas possibilidades, pois concentra em suas dependências uma diversidade de projetos e estruturas com finalidades diferentes, porém que só contribuem com a atividade turística local. Este atrativo

É reconhecido como o mais importante centro de conhecimento e inclusão social do estado da Bahia. Complexo integrado de educação, cultura, esporte e lazer tem se consolidado como o equipamento público mais importante do Município e já prestou atendimento a milhares de pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, em cursos e oficinas de arte e cultura; escolinhas esportivas; atividades de promoção à saúde; treinamento de equipes/atletas de rendimento; apresentações de espetáculos de dança, teatro, música; realização, nas suas dependências, de cursos, seminários, palestras, workshops e treinamentos, promovidos por terceiros. (Id. 2010).

Dentro da Cidade do Saber existe ainda o Memorial do Pólo Petroquímico de Camaçari um interessante equipamento que ajuda aos visitantes a compreender a importância deste empreendimento para o município e para o estado da Bahia.

3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E O TURISMO DE CAMAÇARI

Para a sustentação de qualquer atividade econômica em um determinado território deve existir um sustentáculo legal para nortear o seu desenvolvimento. Diante disto o turismo, como um segmento econômico de extrema importância, assume um caráter diferenciado por ter em suas características a interdisciplinaridade como grande destaque, ou seja, dentro de uma legislação que abarque as necessidades da organização da atividade turística não serão discutidas apenas questões relacionadas a hotéis e restaurantes, mas sim uma ampla discussão em áreas como meio ambiente (incluindo o desenvolvimento urbano, tratamento de efluentes, uso e ocupação do solo, entre outras) educação, saúde, economia e cultura.

Contudo este capítulo buscar mostrar a relevância da legislação municipal como arcabouço legal para o desenvolvimento do turismo no município dentro do período estudado, ou seja, analisar se os gestores municipais estavam sustentados de maneira satisfatória do ponto de vista legal para o planejamento do turismo. Serão abordadas, dentro da interdisciplinaridade acima citada, duas linhas de análise para elencar leis que contribuíram ou não para a atividade turística municipal, um analisa a organização do espaço como forma de garantir o desenvolvimento econômico e outra a busca da organização da estrutura turística do município.

3.1 ORDENAMENTO DO ESPAÇO URBANO

Inicialmente existem duas leis que influenciaram o turismo no município de Camaçari na década de 1970 no que tange a organização do espaço urbano. Uma delas é a Lei Nº 48 de 1972 que tem como finalidade direta proibir a construção de unidades industriais na orla do município. Esta determinação foi motivada pela observação da ocupação do núcleo industrial nas proximidades da sede do município salientando que a orla marítima deveria ser destinada exclusivamente como local de moradia da população camaçariense. É válido salientar que esta lei é desenvolvida após a instalação de uma indústria na orla marítima municipal, ou seja, a lei não atingiu o empreendimento já instalado. Logo esta lei, que visa diretamente a qualidade de vida dos cidadãos relacionando a poluição gerada pelas indústrias petroquímicas, ajuda diretamente o turismo no município, mas como consequência não como finalidade.

Como já foi dito os 42 Km de orla marítima de Camaçari se configuram como principal atrativo turístico, no qual se desenvolveu com o passar dos anos uma promissora estrutura de serviços como restaurantes, hotéis e pousadas. Logo a presença de mais indústrias do segmento petroquímico na orla de Camaçari além de ser um entrave na qualidade ambiental dos atrativos naturais da região, seria um ruído na paisagem turística local podendo até ter impossibilitado o desenvolvimento dos serviços existentes na região. Torna-se nítida então a importância desta determinação para a sustentação da vocação turística do litoral de Camaçari.

Outra lei que impacta indiretamente do ponto de vista de sua finalidade, mas diretamente quando observamos seus desdobramentos é a lei de número 52 do ano de 1976 que trata sobre o parcelamento da terra do município de Camaçari, ou seja, buscava normatizar o processo de zoneamento, organização e utilização do solo municipal. Esta lei foi fundamentada pelo Plano Piloto da Orla Marítima (que será apresentado posteriormente neste trabalho) o que pode ser observado no profundo caráter técnico do documento. Os impactos gerados por esta lei podem ser analisados pela sua influência na ocupação da faixa litorânea principalmente por equipamentos de segunda residência. Inicialmente o documento considera “área de desenvolvimento metropolitano a faixa litorânea de interesse turístico” (CAMAÇARI, 1976) definindo os tipos de ocupação para a área onde prioriza nitidamente equipamentos comuns da indústria imobiliária o que pode ser observado no quadro

| TIPO DE EMPREENDIMENTO | TAMANHO DA ÁREA |
|--------------------------------------|---|
| Loteamentos para Chácaras de Recreio | Dimensão mínima de 5000 metros quadrados |
| Loteamentos Residenciais | Dimensão mínima de 250 metros quadrados ou máxima igual a 5000 metros quadrados |
| Condomínios Horizontais | Até 100 000 metros quadrados |

Quadro 6: Ocupação da orla marítima de Camaçari segundo lei nº 52/1976
Elaboração: Azevedo, 2010

É válido salientar a existência do Artigo 20 (CAMAÇARI, 1976) desta lei que salienta que “os Condomínios Horizontais não poderão prejudicar o acesso público às praias, margens de rios e lagoas naturais, ou interromper a livre circulação ao longo das restingas do litoral”, logo a questão dos condomínios e o acesso público as praias, que é um debate recorrente nesta região se encontra representada na lei. Porém apesar

desta interessante contribuição percebe-se neste documento uma forte tendência a especulação imobiliária quando se observa a forma da organização do espaço da orla marítima.

Para encerrar esta análise têm-se outras duas leis que simbolizam a intenção da preservação do patrimônio natural no município que merecem ser destacadas. As leis 116 e 130 do ano de 1977 dispõem, respectivamente, sobre a criação dos parques municipais das Dunas de Abrantes e das Lagoas de Guarajuba. O que mais chama a atenção é que estas leis simbolizam o posicionamento municipal frente as questões ambientais já no final da década de 1970 e os entraves relacionados com a preservação destas áreas são recorrentes até os dias atuais.

3.2 ORDENAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

O município de Camaçari no que tange a sustentação legal para o turismo não encontrou dentro da sua história recente um aparato substancial para garantir o desenvolvimento desta atividade. Diante desta relativa pobreza de determinações legais para o turismo existem algumas leis que merecem ser citadas para uma análise mais aprofundada.

Inicialmente apresenta-se dentro da Lei Orgânica do Município de Camaçari, revisada no ano de 2006, uma contribuição mínima para o turismo que está presente no seu Art. 137 que tem como finalidade a promoção de desenvolvimento econômico municipal e que afirma em seu parágrafo segundo que a promoção e o incentivo ao turismo é uma das formas para o alcance do referido desenvolvimento (CAMAÇARI, 2008). Trata-se de uma citação ínfima quando observamos os recursos turísticos da localidade e quando comparamos a outros temas expressos neste importante documento o que já sinaliza o grau de importância dado ao turismo no município.

De um ponto de vista cronológico a lei de número 79 do ano de 1978 que tem como principal contribuição a normatização do comércio nas praias de Camaçari é a primeira lei que de fato busca contribuir para com a organização do turismo no município. Em seu artigo 1º tem-se a definição que “esta lei tem por finalidade disciplinar a utilização das praias do Município de Camaçari pelo público e dispõe sobre o comércio do referido local.” (CAMAÇARI, 1978) sendo assim esta lei que discute

temas como atividades esportivas, trânsito de animais e veículos nas praias e principalmente a organização da praia do ponto de vista econômico é o marco inicial da legislação relacionada ao turismo em Camaçari. É válido salientar que esta lei também foi fruto do Plano Piloto da Orla Marítima que, como foi dito anteriormente, será analisado no decorrer deste trabalho. Esta lei teve só foi modificada no ano de 1999 em seus artigos 4º e 5º tendo eles sido revogados pela lei de número 431 que “proíbe o trânsito e o tráfego bem como a permanência de veículos automotores, motocicletas, motonetas, ciclomotores, bicicletas e veículos de tração animal nas praias, margens de rios e lagoas do Município e dá outras providências” (CAMAÇARI. 1999).

A lei municipal Nº 316 de 1994 tinha enorme potencial para contribuir diretamente com o turismo em Camaçari. Esta lei dispõe sobre incentivos tributários para atividades turísticas e afins, que queriam investir no município (CAMAÇARI, 1994). A possibilidade de atração de diversos tipos de empreendimentos turísticos é algo que chama a atenção ao analisar a lei em questão.

O quadro a seguir apresenta os tipos de atividades incentivadas pela lei.

| ATIVIDADE | TIPO DE NEGÓCIO |
|---|--|
| Hospedagem | Alojamento, Pousada, Hotel, Hospedagem com acompanhamento clínico – SPA e Pensão |
| Alimentação | Bar, choperia, “drinks”, Café, Casa de chá, confeitarias, doceria, leiteria, Confecção de doces, Lanchonete ou cantina, Pastelaria, Restaurante, churrascaria, pizzaria, Rotisseria e Sorveteria |
| Viagem e Turismo | Agência de turismo, Agência de viagem, Operadoras de turismo, Companhias aéreas, transportadoras e Outros serviços similares de viagens e turismo: não classificados |
| Serviços de Cultura Física | Academia de ginástica, esporte, dança e outros cursos de cultura física |
| Serviços Auxiliares | Organização e promoção de congressos, eventos, exposições e feiras, Postos de gasolina, Shopping Center, Distribuidores de bebidas, Agências bancárias, Correios e Telégrafos, Fábricas de Gelo e Escola de formação e capacitação de mão de obra para o turismo |
| Serviços de Diversão e Cultura | Buffet, Boates, Boliche, Brinquedos mecânicos e eletrônicos, Cinema ou cine teatro, Representações teatrais, espetáculos, shows, Auto-cine, Galeria de arte, Locação de filmes cinematográficos e/ou vídeo cassete e Locação de Veículos |
| Artesanato | Confecção de cerâmica, Fabricação de artefatos de bambu, vime, junco ou palha trançada, Fabricação de artefatos couros e peles, Fabricação de artefatos de papel não associadas à produção de papel, Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, Fabricação de artigos de cortiça, Fabricação de artigos de bijuteria, Fabricação de brinquedos, Fabricação de licores e Fabricação de artigos de perfumaria |
| Recreacional | Aeroclube, Clube esportivo e/ou social, Colônia de férias, Competição e prática de esportes motorizados terrestres, Competição e prática do ciclismo, Competição e prática organizada de esportes individuais ou coletivos, Hípica, Hipismo, Parque, Parque de diversões, aquáticos, e temáticos, Prática de “camping” e Prática livre de esportes individuais e/ou coletivos |
| Entidades de Preservação e Educação Ambiental e Ecológica | |

Quadro 7: Atividades incentivadas pela Lei nº 316/1994

Elaboração: Azevedo 2010.

Existia ainda na lei uma contrapartida para o município no que diz respeito à geração de empregos, que estabelece uma relação entre o tamanho da empresa e a geração de empregos para a população de Camaçari

| TAMANHO DA EMPRESA | GERAÇÃO DE EMPREGOS |
|---------------------------|----------------------------|
| Micro-empresas | 3 empregos diretos |
| Pequenas empresas | 6 empregos diretos |
| Médias empresas | 12 empregos diretos |
| Grandes empresas | 24 empregos diretos |

Quadro 8: Geração de empregos incentivada pela Lei nº 316/1994
Elaboração: Azevedo, 2010

O município de Camaçari sempre buscou atingir o desenvolvimento municipal através do incentivo para atrair empresas para a cidade, porém esta política só foi desenvolvida com empreendimentos industriais. Como exemplo tem-se a lei Nº 424 de 1998 (CAMAÇARI, 1998) que estabelece incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias fabricantes de produtos Químicos e de produtos Plásticos. A maior diferença entre as duas leis apresentadas é que a lei 316 de 1994 nunca foi regulamentada, o que deveria ser realizado em um prazo de 90 dias nunca chegou a acontecer.

Uma lei de contribuição efetiva para o turismo de Camaçari é a de número 537 de 21 de novembro de 2001 que “cria o conselho municipal de turismo no município de Camaçari e dá outras providências” (CAMAÇARI, 2001). Este conselho preencheu uma lacuna causada pelo enfraquecimento do órgão oficial de turismo entre os anos de 2002 e 2004, que nesta época estava minimizado em uma gerência. De acordo com o seu Regimento Interno (CAMAÇARI, 2006) o Conselho Municipal de Turismo é constituído por 13 (treze) membros sendo 2 (dois) representantes do setor comerciário e industrial, 2 (dois) do setor de Hotéis, Bares e Restaurantes, 1 (um) membro do setor bancário, 3 (três) membros do terceiro setor, 1 (um) do poder legislativo municipal e 4 (quatro) representantes do poder executivo, sendo 1 (um) membro da Secretaria de Governo, 1 (um) membro da Secretaria de Planejamento, 1 (um) membro da Empresa de Saneamento Ambiental de Camaçari (LIMPEC) e 1 (um) membro da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo.

Além da lei de criação do Conselho Municipal de Turismo em Camaçari, o que já simboliza um importante avanço na construção de uma estrutura legal para o acompanhamento do planejamento do turismo no município deve-se destacar também, a lei nº 750 de 2006 que institui o Fundo Municipal de Turismo, porém até a presente data o mesmo ainda não começou a existir.

Esta lei encerra o quadro das leis de importância para o turismo em Camaçari esclarecendo que outras leis importantes como as que criam os órgãos de turismo no município e a lei de criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano terão seu destaque em outros capítulos deste trabalho.

4 PLANEJAMENTO URBANO E A ATIVIDADE TURÍSTICA DE CAMAÇARI

Para que o planejamento do turismo seja efetivo em um determinado destino ele tem que estar atrelado ao planejamento urbano desta localidade. O poder público deve sempre dotar-se de informações para solidificar o planejamento no intuito de alcançar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Segundo Rezende e Ultramari

As questões físico-territoriais, econômicas, financeiras, políticas, socioambientais e de gestão têm constantemente desafiado os municípios, requerendo um avanço nas técnicas de planejamento até então desenvolvidas pelo governo local. Equilibrar os diferentes interesses que se apresentam em cada uma dessas temáticas e garantir a efetiva participação comunitária parece ser o desafio maior da administração pública local. Diante dessas necessidades e relevâncias, a administração pública municipal demanda competência e efetividade dos seus gestores que devem se atualizar e agir por meio de instrumentos técnicos, modernos e práticos de planejamento e de gestão. (2007, p. 257).

O planejamento urbano assume atualmente a forma do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano que tem seus princípios norteados pelo Estatuto da Cidade onde esse plano está definido como

Instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. É obrigatório para os municípios: com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. (REZENDE, ULTRAMARI, 2007, p. 263).

Com relação à existência deste tipo de estudo técnico no município de Camaçari se apresenta neste capítulo duas contribuições para o planejamento urbano e a atividade turística municipal. O primeiro trata-se do Plano Piloto da Orla Marítima documento criado nos anos de 1978 e 1979, sendo reeditado em 1986, que contribuiu para o ordenamento da ocupação da orla de Camaçari e teve representatividade até a criação do segundo documento que será analisado neste capítulo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano criado no ano de 2008.

4.1 PLANO PILOTO DA ORLA MARÍTIMA (1978)

O Plano Piloto da Orla Marítima é um documento que teve e tem extrema importância para o desenvolvimento urbano da orla marítima de Camaçari, sendo desenvolvido através de uma parceria entre a própria Prefeitura Municipal de Camaçari, a Prefeitura de Lauro de Freitas, que sofria as mesmas influências da expansão urbana da cidade de Salvador, e o Governo do Estado da Bahia, através da CONDER.

Antes de iniciar a análise do Plano Piloto da Orla Marítima se faz necessário salientar os antecedentes de planejamento na área de estudo que incluíram o município de Camaçari e influenciaram o planejamento urbano e de turismo na cidade. Dos estudos desenvolvidos destacam-se o Plano de Turismo do Recôncavo (PTR) desenvolvido entre os anos de 1969 a 1971, o Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari que data de 1974 e o Plano Diretor da Orla Marítima (PDOM) criado no mesmo ano.

O próprio Plano Piloto da Orla Marítima cita a relevância dos estudos anteriores apontando onde se localizavam as questões que tornavam estes estudos incompletos pela proposta almejada. Com relação ao Plano de Turismo do Recôncavo o estudo salienta que

O PTR embora de escopo mais específico, trabalhou um universo muito amplo, o que não possibilitou a elaboração de propostas de caráter físico-espacial e institucional para a área do presente estudo. No bojo de suas recomendações, entretanto, afirmou a prioridade de planejamento desse trecho de Orla, e a necessidade de disciplinar o uso do solo e preservar o meio ambiente, potencializando assim suas possibilidades turísticas. A decisão de elaborar o PDOM, poder-se-ia dizer, resultou de suas recomendações. (BAHIA, 1979)

Percebe-se que a influência do PTR como uma das referências para o Plano Piloto da Orla está tanto no seu enfoque para o desenvolvimento do turismo na região como nas propostas relacionadas ao aspecto ambiental, a exemplo a discussão do uso e ocupação do solo na área de estudo, argumentos estes que estariam mais uma vez presentes no Plano Diretor da Orla Marítima. Antes de abordar sobre as contribuições deste documento, destaca-se inicialmente o Plano Diretor do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) que segundo o Plano Diretor da Orla Marítima este estudo

Embora haja procurado restringir seu universo de estudo ao nível da área declarada de utilidade pública para implantação do Pólo Petroquímico, desenvolveu algumas abordagens sobre a Região Metropolitana e, particularmente, sobre a área do presente plano, mormente quando as considerações versavam sobre os efluentes industriais, oferecendo subsídios à política metropolitana, àquela época apenas se iniciando no âmbito da administração pública federal e estadual. (Ibid., p. 4)

E por último tem-se o Plano Diretor da Orla Marítima (PDOM) que é o que mais se aproxima da proposta do Plano Piloto da Orla Marítima, no qual analisa que

Quanto ao PDOM que além da área do presente Plano incluiu em seu universo de trabalho o litoral de Salvador, evidencia, para o trecho Itapoã – Açú da Torre, um nível de definição, configurado no caráter genérico e provisório de suas proposições. Outrossim, não revela um conhecimento mais aprofundado do meio físico e da estrutura social de suas comunidades, nem especula sobre o real papel que essa área poderia desempenhar no contexto metropolitano.

Faça-se justiça, apesar de concluído há apenas cinco anos, à época de sua realização a área do plano ainda não havia sofrido o impacto das mudanças estruturais que viriam redefinir a sua realidade sócio-econômica. (Ibid., p. 4)

Percebe-se então que os estudos anteriores ao Plano Piloto da Orla Marítima não contemplaram temas importantes para o desenvolvimento regional, sendo em alguns casos até superficial nas suas proposições. Além deste aspecto no final da década de 1970 acontecem dois fatos que justificaram este novo estudo após a conclusão do PDOM. Estes dois fatos segundo o Plano Piloto seriam

O primeiro, a abertura e pavimentação da Estrada do Coco, e o segundo, a criação das linhas de eletrificação, paralelamente àquela rodovia. Enquanto o primeiro melhorou consideravelmente a acessibilidade para o litoral do município de Camaçari, cujo acesso, anteriormente, para maioria do trecho, era possível apenas através da utilização da BA – 093 e de alguns quilômetros de estradas vicinais não pavimentadas, o segundo ampliou sensivelmente as condições de conforto para toda a área do Plano. (Ibid., p. 5)

Apesar dos argumentos do estudo em questão, a sua importância maior está na consequência destes, a especulação imobiliária. Depois da instalação da Estrada do Coco e das demais ações estruturantes a indústria imobiliária se lançou neste território ansiando por uma organização que possibilitasse o seu desenvolvimento. Esta afirmação encontra racionalidade na citação do Plano Piloto que salienta

O manifesto interesse da iniciativa privada em promover o desenvolvimento territorial da área sob a forma de empreendimentos de caráter turístico, de lazer ou meramente imobiliário, despertou a necessidade, por parte do poder público, de capitalizar os benefícios socioeconômicos dessa expansão, reduzindo as deseconomias resultantes de ações especulativo-predatórias.

Essa situação reclamava a responsabilidade institucional dos poderes municipais para o disciplinamento do uso do solo, objetivando uma política territorial eficaz, de preferência consubstanciada em estudo global e abrangente. (Ibid., p. 5)

Logo é neste caráter de documento responsável pela organização urbana do litoral de Camaçari que esta localizada a importância deste documento para o presente trabalho. As contribuições deste documento para a ocupação do litoral camaçariense se configuraram como grande entrave para então construção da estrutura turística e do próprio turismo criando neste litoral uma enormidade de impactos ambientais e sociais aliadas a este fato que se apresentam na forma de construções em áreas impactantes ao meio ambiente até empreendimentos que privatizaram praias impedindo o acesso dos moradores a estes pontos de lazer.

Diante desta conjuntura a parceria formada entre os municípios de Camaçari e Lauro de Freitas sob o acompanhamento do Governo do Estado da Bahia com o intuito de construir o Plano Piloto da Orla Marítima criaram a comissão para a Orla Marítima (COMPOR) que tinham a finalidade

De instruir e orientar processos de parcelamento do solo em andamento nos dois municípios; coordenar estudos mais amplos, objetivando um plano de ocupação do solo; produzir diplomas legais que institucionalizassem; e implementar mecanismos de controle e fiscalização eficazes. (Ibid., p. 6)

Percebe-se então que esta comissão e conseqüentemente o Plano Piloto da Orla Marítima teve grandes poderes com relação a ocupação e o ordenamento da orla marítima e este caráter pode ser confirmado antes até da conclusão do referido documento através das leis 52 de 1976, 116 de 1977, 130 de 1977 e 79 de 1978, que já foram apresentadas no capítulo anterior, e as leis 131 de 1977, que regulamenta os loteamentos populares do município de Camaçari e a lei 132 de 1977 que cria as categorias de uso do solo previstas na lei 52 de 1976. Por um lado existem contribuições que se apresentam nos formatos da instituição de unidades de conservação e no

disciplinamento das atividades na praia, mas por outro lado é perceptível o favorecimento a indústria imobiliária no território.

4.2 PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO URBANO (2008)

Ao analisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) no que toca a organização da atividade turística percebe-se a importância deste documento para a manutenção e o direcionamento da política de desenvolvimento municipal. Devido à inexistência de uma política municipal de turismo este documento exerce uma função norteadora, pois estabelece ao longo de seus capítulos uma série de propostas diretas e indiretas para o desenvolvimento da atividade turística de Camaçari.

Inicialmente quando se observa os objetivos do PDDU percebe-se como o turismo, apesar de não ser citado diretamente, é beneficiado com as resoluções deste documento. Existem dois dos oito objetivos que merecem ser citados. O segundo objetivo diz que deve-se “dotar a cidade de infra-estrutura e qualidade urbanística e ambiental, capazes de potencializar o desenvolvimento das atividades econômicas” e o quarto salienta a necessidade de “garantir a utilização racional dos recursos naturais disponíveis e preservar integralmente áreas de valor ambiental significativo, especialmente as restingas, dunas, áreas úmidas e manguezais” (CAMAÇARI, 2008). O primeiro objetivo citado apresenta dois aspectos que privilegiam o desenvolvimento do turismo, pois tanto a infra-estrutura quanto a qualidade urbanística e ambiental compreendem parte dos fatores que compõem a oferta turística de um destino. Já o outro objetivo citado apresenta a característica de manutenção dos recursos naturais que se configuram dentro da atividade turística em atrativos de extrema importância.

Prosseguindo com a análise do referido documento ainda referenciando os capítulos iniciais que retratam em linhas gerais as questões norteadoras do PDDU, salienta-se agora trechos importantes do capítulo IV que discute os eixos orientadores do documento, destacando as diretrizes que estão relacionadas com o turismo. Segundo o PDDU a primeira diretriz desta lei retrata o

Reforço do papel estratégico do Município na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e no espaço da Macrorregião de Salvador, na localização das atividades econômicas e na ocupação residencial, no

curso da dinâmica de expansão de Salvador e Lauro de Freitas. (Ibid., p.1)

O aspecto analisado nesta diretriz retrata a discussão da territorialidade presente na região metropolitana de Salvador e sua relação com o desenvolvimento das atividades econômicas do entorno. Já se torna notório a influência de Salvador e principalmente da sua indústria imobiliária no litoral de Camaçari, que se configura atualmente como vetor de expansão para a população soteropolitana e diante desta conjuntura o PDDU assume que tal entrave deve ser discutido como direcionamento para a política de desenvolvimento urbano tendo, portanto uma alta importância para a atividade turística local.

A outra diretriz a ser destacada diante da sua importância para o turismo é justamente a última das citadas no capítulo IV do documento. Segundo o PDDU a “qualificação urbanística e paisagística do Município, criando condições seguras de circulação aos cidadãos, com marcação de elementos significativos da paisagem, ressaltando os marcos e as edificações de referência do Município” (Ibid., p. 2) também compõem o grupo de eixos norteadores da política urbanística municipal. Tal diretriz torna-se importante para o desenvolvimento do turismo devido ao seu caráter organizativo presente na compilação de elementos com significância na paisagem local e principalmente com o destaque dos marcos históricos e edificações importantes da cidade garantindo assim um maior conhecimento dos cidadãos sobre aspectos importantes da sua cidade como também configuram numa contribuição a oferta turística local.

O capítulo V trabalha com o aspecto da inserção regional do município se dividindo em dois âmbitos de atuação, a escala macrorregional e a escala metropolitana. Dentro da atividade turística a discussão referente à regionalização tem importância primordial, pois é o principal norte do plano nacional de turismo através do Programa Nacional de Regionalização do Turismo. Dentro da discussão sobre a inserção de Camaçari na escala macrorregional destaca-se o parágrafo I do artigo 9º que retrata a

Aproximação com gestores públicos da macrorregião de Salvador, envolvendo os demais municípios da RMS, do Litoral Norte, do Recôncavo e da região polarizada por Feira de Santana, a fim de criar convergências para a construção de uma política de desenvolvimento regional. (Ibid., p. 2)

Esta diretriz reflete a importância do desenvolvimento regional para o desenvolvimento urbano de uma determinada cidade e o seu reflexo regionalmente. A existência desta intenção no PDDU de Camaçari contribui diretamente para a atividade turística devido ao caráter anteriormente explicado. Ainda discutindo a inserção regional do município presente no artigo 9º o parágrafo II (Ibid.) estabelece a criação de uma equipe para trabalhar de maneira integrada com outros gestores da região e com o setor empresarial com o intuito de captar investimentos. Como ação desta comissão esta destacada no inciso A deste parágrafo a

Definição e implementação de políticas tributárias aliadas à oferta de ambientes urbanos adequados à instalação de empreendimentos, como a implementação efetiva de pólos de serviços na Sede municipal, para indústrias e serviços de apoio, e na Orla, para serviços ligados ao turismo e empreendimentos comerciais. (Ibid., p.2).

Logo, através de ações como essa, o município de Camaçari estabelece qual a metodologia para alcançar os objetivos propostos, sendo que o turismo se configura como um dos mecanismos para alcançar o desenvolvimento na escala macrorregional.

Analisando agora o contexto metropolitano abordado no PDDU através de suas diretrizes destacam-se o parágrafo I do artigo 10º que aborda a respeito de

Realização de estudos orientados para a redefinição dos limites territoriais da Região Metropolitana de Salvador, considerando a atual dinâmica de desenvolvimento turístico do Litoral Norte e as ações em curso de redefinição das relações de Salvador com o Recôncavo. (Ibid., p. 2).

No qual se destaca o caráter das conseqüências da expansão populacional de cidade de Salvador rumo vetor norte do litoral do Estado o que pode ter um efeito negativo na atividade turística municipal.

O parágrafo II deste mesmo artigo apresenta alguns aspectos necessários para o desenvolvimento metropolitano, dentre os quais se destaca inicialmente o inciso B que propõe o “controle da ocupação ao longo das vias estruturais intrametropolitanas, com destaque para a Estrada do Coco” (Ibid., p. 2) e o inciso C que aborda a “criação de mecanismo de atração de investimentos industriais, comerciais e de serviços, incluindo-se turismo e entretenimento, saúde, educação e logística em transportes” (Ibid., p. 2).

O capítulo VI tem como finalidade apresentar diretrizes para o desenvolvimento municipal através do fortalecimento das estruturas municipais. Dentre

as diretrizes presentes no artigo 11º destacam-se alguns tópicos que contribuem com a atividade turística nos aspectos de planejamento, acessibilidade, meio ambiente, dentre outras áreas. O inciso II, por exemplo, aborda o “apoio ao fortalecimento e diversificação da cadeia produtiva local” (Ibid., p. 2), o que é extremamente importante para o desenvolvimento da produção associada ao turismo. Já o inciso IV que retrata a “implementação de sistema de informações baseado em dados oficiais e na adoção de técnicas de geoprocessamento, de forma a subsidiar estudos e fundamentar as ações no Município” privilegia o planejamento municipal e no tocante ao turismo a inventariação da oferta turística ganha importância e respaldo através desta diretriz. Com relação a acessibilidade e a requalificação das vias de acesso para a orla marítima destacam-se os incisos VI e VII, o primeiro estabelece a “qualificação do transporte entre Sede e Orla destas com o interior mais imediato, de forma a assegurar a mobilidade e a acessibilidade em todo o território do Município” (Ibid., p. 2), o que garante a acessibilidade ao lazer de toda parte da população, e a o outro inciso citado destaca a “qualificação urbanística e paisagística da BA-099 (Estrada do Coco), incluindo as vias de acesso às localidades da Orla, da BA-522 (Via Abrantes), BA-512, Via Atlântica e das demais vias estruturantes da Sede” o que simboliza uma contribuição de alta qualidade para a infra-estrutura municipal do turismo. Com relação a questões ambientais este capítulo estabelece diretrizes que estão presentes em diversos incisos destacando-se o inciso de número VII, que propõe o

Controle do uso e da ocupação do solo no sentido de evitar o comprometimento da qualidade ambiental, com especial atenção à localização de novas indústrias com potencial de impacto, à ocupação da Orla por empreendimentos imobiliários, à concentração de estabelecimentos de comércio e serviços e à exploração mineral. (Ibid., p. 2).

Está estabelecido neste inciso a maioria dos entraves ambientais vivenciados no município de Camaçari desde problemas relacionados a questões industriais, a exploração mineral e outro entrave sentido principalmente na orla marítima que é causado pela especulação imobiliária.

Das diretrizes que estão sendo apresentadas o destaque maior deve ser dado, diante do objetivo deste trabalho, aos incisos XV, XVI, XVII do artigo 11º. O inciso XV aborda a melhoria paisagística da sede do município com finalidades turísticas, o que pode ser observado no teor da citação a seguir “qualificação paisagística da Sede de

forma a romper com a uniformidade visual, reforçar as referências urbanísticas e definir atrativos” (Ibid., p. 3), o que simboliza uma modificação histórica elencando a sede do município como possibilidade de desenvolvimento turístico. O inciso XVI “propõe a produção e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural do Município, envolvendo todas as edificações e elementos de importância histórica, cultural, artística e paisagística” (Ibid., p. 3), o que representa uma contribuição direta a organização do turismo através da valorização do patrimônio cultural e natural de Camaçari. E por último esta presente no inciso XVII a proposta de “incentivo e suporte de infra-estrutura ao ecoturismo, turismo de negócios, de aventura, esportivo e de lazer” (Ibid., p. 3), ou seja, o Plano Diretor estabelece a organização do turismo em Camaçari como uma das prioridades para o desenvolvimento urbano e econômico municipal.

Pode-se encontrar por todo o Plano Diretor contribuições para o planejamento e gestão do turismo no município. Quanto às diretrizes deste documento para geração de emprego e renda duas diretrizes importantes para o turismo se apresentam. A primeira destas está presente no artigo 20º, que aborda as diretrizes para a geração de emprego e renda, e em seu parágrafo VII incentiva a formação de micro e pequenas empresas ligadas ao turismo onde estabelece o “estímulo e apoio técnico à formação de pequenas empresas prestadoras de serviços ligados ao turismo em articulação com as operadoras turísticas, assim como complementares às atividades industriais e comerciais locais” (Ibid., p.4). A segunda diretriz retrata o próprio planejamento do turismo onde se propõe

Desenvolver e realizar atividades de planejamento, estudos, análises e previsão de natureza econômica, social e ambiental, propondo medidas e diretrizes que assegurem a viabilidade de projetos de desenvolvimento e de fomento a atividade turística de forma integrada e sustentável no município. (Ibid., p.4).

Percebe-se então a importância do Plano Diretor do município de Camaçari quanto ao fomento do turismo estabelecido em suas diretrizes e que a própria política de turismo municipal, apesar de ainda não ter sido construída, encontra elementos norteadores para a sua elaboração. Estes elementos norteadores se tornam mais latentes quando analisamos os programas e projetos propostos pelo PDDU em diversas áreas que acabam por contribuir com o turismo.

A partir da análise do PDDU estes programas foram organizados em temas de interesse para o turismo. Inicialmente apresentam-se as contribuições para com a

manutenção e conservação do patrimônio natural do município o que se configura nos atrativos naturais deste destino.

| PROGRAMAS E PROJETOS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Programa Ambiental do Vetor de Expansão Urbana da Orla: | <p>O programa Ambiental do Vetor de Expansão Urbana da Orla deve ser realizado através das seguintes ações e projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação do sistema viário alternativo ao vetor de expansão urbana da BA-099, buscando garantir o direito de ir e vir dos moradores de Camaçari, a diminuição das pressões sobre áreas costeiras frágeis e o desenvolvimento e integração municipal, contemplando um plano específico de desenvolvimento das áreas diretamente afetadas; • Criação do sistema costeiro de áreas protegidas a cargo da Prefeitura Municipal, envolvendo: <ul style="list-style-type: none"> a) ação efetiva do Poder Público Municipal, junto aos gestores das unidades de conservação sob a administração estadual, para a gestão adequada dessas unidades no território de Camaçari e dos demais ecossistemas merecedores de preservação; • Implementação efetiva da unidade de conservação Monumento Natural Dunas de Abrantes; • Integração dos ecossistemas costeiros através da implementação do Corredor Ecológico da Orla; • Diversificação das atividades rurais para inclusão social de segmentos da população com menor nível de instrução • Ordenamento e controle da atividade mineral, de modo a mitigar os impactos sobre a morfologia do terreno, assegurar a qualidade dos recursos hídricos e da paisagem rural do Município; • Identificação e qualificação das rotas voltadas para o turismo ecológico e esportes radicais, de forma a explorar o potencial geomorfológico e ambiental na região central e Orla do Município, possibilitando uma maior integração do território municipal, aumentando a sua configuração enquanto espaço referencial também para a região; • Recuperação ambiental das áreas úmidas; • Projeto de desenvolvimento agrícola na zona rural; • Proteção de fragmentos florestais remanescentes, buscando contemplar análises mais detalhadas desses fragmentos, identificando ecossistemas que poderão ser recuperados e integrando os ambientes continentais com ecossistemas costeiros através do Corredor Ecológico; • Estudo sobre as ocupações irregulares na Orla, buscando a regularização ou relocação; • Avaliação técnica da Prefeitura Municipal sobre os impactos dos empreendimentos industriais da Orla. |
| Projeto do Corredor Ecológico da Orla; | <p>Criação e gestão do Corredor Ecológico da Orla com a função de conectar unidades de conservação municipais e estaduais, permitindo o fluxo genético entre estas unidades e ampliando as áreas de território de fauna.</p> <p>O corredor ecológico será composto de áreas de uso permitido e de preservação, envolvendo ecossistemas de dunas, restingas, manguezais, estuários, lagoas e demais áreas úmidas previstas na legislação ambiental vigente e Convenção de Ramsar.</p> <p>A Prefeitura Municipal de Camaçari deverá elaborar o diagnóstico ambiental envolvendo a consolidação da sua poligonal e o seu plano de gestão.</p> |

| PROGRAMAS E PROJETOS | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| Projeto Monumento Natural Dunas de Abrantes; | <p>O projeto de implantação do Monumento Natural Dunas de Abrantes deve ser encaminhado por meio das seguintes diretrizes e ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de estudos para avaliar a qualidade ambiental e indicar as medidas de recuperação cabíveis; • Emissão, pelo poder público municipal, de ato regulamentando o Monumento Natural Dunas de Abrantes. • Elaboração de plano de gestão e criação de Comitê Gestor; • Elaboração e implementação de programa específico de educação ambiental em toda a área do monumento e seu entorno; • Acompanhamento e fiscalização da sua implementação. |
| Projeto de Recuperação da Lagoa Azul | Elaboração e implementação de um projeto de recuperação ambiental da Lagoa Azul e entorno; |
| Projeto de Unidade de Conservação Municipal para Jorrinho | Elaboração de estudos ambientais envolvendo estudos geológicos e da biodiversidade, com vistas à criação de unidade de conservação do Jorrinho, na área correspondente ao Loteamento Chácaras do Jorro. |
| Projeto Parque do Joanes | <p>O projeto Parque do Joanes localiza-se na porção sudoeste da Sede, nas proximidades do Rio Joanes, área de valor paisagístico e ambiental que deve ser preservada da pressão pela expansão dos limites urbanos. Recomenda-se as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de serviços de apoio à visitação como: sanitários, laboratórios, viveiros e estufas, locais de apoio às atividades como bicicletários, ciclovias e passarelas, guarda de equipamentos, posto de atendimento ao visitante, posto policial, salas de aula voltadas para cursos livres de educação ambiental, sala de projeção e equipamentos sócio-culturais; • Promoção de atividades de conservação e preservação com caráter social, incluindo atividades educativas como o plantio e visitação dirigida de reconhecimento do ecossistema e sua valorização. |

Quadro 9: Projetos e Programas sobre o Patrimônio Natural

Elaboração: Azevedo, 2010

Cada programa e projeto do quadro apresentado representam além do investimento na qualidade ambiental do município uma nova configuração dos atrativos naturais do destino com a construção de unidades de conservação municipais munidas de serviços e infraestrutura para visitantes. Contudo o programa que mais se destaca no Quadro, e que é composto dos demais projetos citados, retrata a rediscussão da orla marítima acompanhando o tema da expansão urbana que se configura na principal problemática a ser enfrentada por Camaçari nos próximos anos e que tem diversas formas de implicação.

Estes programas são auxiliados por uma intervenção na infraestrutura urbana da orla marítima que busca garantir a reinserção urbanística e ambiental da orla aliada a requalificação de pontos de lazer como pode ser visto no quadro a seguir tendo destaque os projetos que influenciam diretamente a oferta turística do município.

| PROGRAMAS E PROJETOS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Programa de Reinscrição Urbanística e Ambiental da Orla | <p>O programa Reinscrição Urbanística e Ambiental da Orla deve ser implementado através das seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteção da restinga, das lagoas e várzeas, especialmente as de Santa Maria, Grande, Lancha, Pau de Cinza, Velado e Guarajuba; • Manutenção e/ou reposição de vegetação nativa, em especial no licenciamento de loteamentos, evitando a desestabilização do solo e o empobrecimento da biodiversidade; • Proibição do bloqueio de vias, recuperação e garantia dos acessos às praias; • Promoção da demarcação de unidades de conservação onde a intervenção antrópica seja mínima e constantemente monitorada, para a preservação de remanescentes da ação especulativa; • Destinação de parte significativa de manchas verdes para preservação, evitando o “verde artificial”; • Proibição de construções à beira-mar, que possam prejudicar a ação dos ventos e da maresia que atua como nutriente na restinga; • Estabelecimento de parâmetros que garantam a maior área possível de permeabilidade – como edificações sobre pilotis –, possibilitando assim a recarga do lençol freático e, ao mesmo tempo, das lagoas; • Elaboração de desenhos de loteamentos que evitem a fragmentação excessiva do ecossistema; • Implementação das medidas cabíveis no sentido de desobstruir todas as passagens à praias, lagoas e rios por loteamentos, fixando prazo de 3 (três) meses a partir da data de publicação desta Lei, sob pena de demolição das instalações de fechamento existentes; • Criação e implementação de Parques Municipais nas áreas demarcadas como Zona de Proteção e Interesse Paisagístico (ZPIP) e Zona de Importância Ambiental e Paisagística (ZIAP), através das seguintes ações: <ol style="list-style-type: none"> a) Implantação de serviços de apoio à visitação como: sanitários, laboratórios, viveiros e estufas, locais de apoio às atividades, como bicicletários, ciclovias e passarelas, guarda de equipamentos, posto de atendimento ao visitante, posto policial, salas de aula voltadas para cursos livres de educação ambiental e equipamentos sócio-culturais; b) Promoção de atividades de conservação e preservação com caráter social, incluindo atividades educativas como pesca, plantio e visitação dirigida para reconhecimento de ecossistemas; c) Criação de pólos de lazer sustentáveis em Canto de Arembepe/ Emissário Submarino, em Areias, na Cachoeirinha e região do manguezal de Barra do Pojuca. |
| Programa de Qualificação dos Espaços Públicos da Orla | <p>O Programa de Qualificação dos Espaços Públicos da Orla deve ser implementado através das seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação e requalificação das praças e campos de futebol hoje existentes nas localidades litorâneas; • Destinação de vazios urbanos para espaço público de lazer e preservação de espécies vegetais do habitat local, priorizando as localidades consolidadas de Jauá, Abrantes, Arembepe, Barra do Jacuípe, Barra do Pojuca, Itacimirim, Nova Abrantes, Sucupió e Tiririca. • Implantação de pequenos centros de artesanato localizados em espaços públicos de Jauá, Areias, Arembepe, Guarajuba e Barra do Pojuca. |

Quadro 10: Planos e Programas para Infra-estrutura da Orla Marítima
Elaboração: Azevedo, 2010.

O PDDU apresenta também uma série de proposições em forma de programas e projetos com relação à manutenção do patrimônio histórico-cultural de Camaçari.

| PROGRAMAS E PROJETOS | DESCRIÇÃO |
|--|--|
| Programa História e Memória de Camaçari – Projeto Marcos da Arquitetura | <p>O projeto Marcos da Arquitetura deve ser implementado através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos prédios de interesse histórico e cultural para a reabilitação, reciclagem e/ou restauração, imprimindo a esses imóveis novos significados através da instalação de atividades culturais, integrando-os ao dia-a-dia da vida pública e cultural do Município e delimitação de seus respectivos sítios para proteção e criação de área de amortecimento; • Construção de espaços para apresentações de grupos de Capoeira, Samba-de-roda e saraus de poesias; • Revitalização e restauro da arquitetura religiosa, com destaque para Igreja do Divino Espírito Santo (1689), localizada em Vila do Abrantes, a centenária Igreja de São Bento, em Monte Gordo e a capela de Barra do Jacuípe. |
| Projeto Memorial de Abrantes | <p>Construção do Memorial de Abrantes para abrigar registros da história e cultura locais, situado no entorno da Igreja do Divino Espírito Santo e da praça, e reestruturação do sítio em torno da igreja.</p> |
| Projeto Memória dos Bairros | <p>Requalificação/ valorização dos elementos que deram origem aos bairros, criando marcos referenciais e, portanto, interferindo positivamente no vínculo dos moradores com o lugar.</p> |
| Projeto Ruas que Conheci | <p>Resgate da denominação de logradouros, antes identificados com nomes de personalidades ou acontecimentos importantes e que foram paulatinamente substituídos por nomes com pouco rebatimento na memória local.</p> |
| Programa Valorização de Comunidades Quilombolas | <p>O Programa de Valorização de Comunidades Quilombolas deve envolver as seguintes ações e o Projeto Senhora Santana de Cordoaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação de vias de acesso, evitando o isolamento das comunidades, principalmente em períodos de chuvas; • Realização de obras de infra-estrutura e saneamento básico, como o abastecimento de água potável; • Oferta de transporte público regular e equipamentos sociais; • Promoção de ações que assegurem a posse da terra aos moradores, não apenas dos imóveis, mas de toda a área necessária à perpetuação de suas tradições culturais e sobrevivência, visando à sua permanência, o sentimento de segurança e a preservação da sua cultura; • Realização de convênio com a Fundação Palmares e o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o reconhecimento e titulação dessas comunidades; • Estímulo à pesquisa histórica sobre a presença de quilombos no território do Município; • Instituição de prêmio anual para monografias de final de curso de graduação que tratem da cultura afro-brasileira no território de Camaçari e de outros municípios da RMS, incluindo Salvador; • Introdução da cultura afro-brasileira como conteúdo curricular nas escolas municipais; • Aquisição de títulos da literatura afro-brasileira para as escolas públicas municipais; • Mapeamento dos territórios remanescentes de quilombos existentes no Município; • Tombamento dos territórios e espaços religiosos quando reivindicados pelas citadas comunidades; • Cadastramento dos espaços religiosos para fins de imunidade de IPTU. |

| PROGRAMAS E PROJETOS | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| Projeto Senhora Santana de Cordoaria | Implantação de projeto piloto de valorização da comunidade remanescente de quilombo Senhora Santana de Cordoaria, envolvendo o resgate de elementos identitários dos quilombolas, especialmente da antiga casa de farinha, hoje destruída, e o fortalecimento de suas tradições e cultura. |
| Programa Nossa Cultura | <p>O programa Nossa Cultura deve ser realizado através das seguintes diretrizes e pelo projeto Festas Populares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estímulo e apoio do Poder Público e das empresas privadas às manifestações culturais, especialmente às festas tradicionais e outras festas populares; • Apoio às manifestações populares de arte e cultura; • Apoio à preservação da cultura de comunidades tradicionais, em especial das comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de pescadores e comunidades agrícolas; • Apoio a grupos e folguedos tradicionais; • Resgate de datas comemorativas e peças históricas; • Promoção de pesquisas, palestras, filmes e exposições sobre a história do Município |
| Projeto Festas Populares | <p>O projeto Festas Populares deve ser implementado através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoio logístico e de infra-estrutura urbana – traduzido em termos de estudos de percursos, mobiliários, transportes, estruturação de espaços, resguardado o caráter espontâneo e autônomo das festas populares, especialmente a Chegança de Mouros (Arembepe), Marujada (Monte Gordo, nas localidades de Boa Esperança e Caraíbas), Reis do Boi ou Boi Reisado (Parafuso, Barra do Jacuípe, Monte Gordo, Arembepe, Abrantes e Barra do Pojuca), a 1ª Chegança Feminina da Bahia (Arembepe) e Barquinha (Parafuso); • resgate cultural das “Brincadeiras” - da Queima das Palhinhas (da época dos jesuítas), o Lindro Amor (semelhante ao Pastoreio) e a Entrega do Cofre (onde as regras morais conservadoras são invertidas) ocorridas em Camaçari; • organização de um Calendário de Festas Populares incluindo características gerais, fotografias e outros informes, para valorização das festas e ampliação do número de visitantes, prevendo a distribuição nas escolas, instituições, indústrias, hotéis e pousadas. Deve-se fazer gestões junto a Bahiatursa para que o calendário faça parte do conjunto de festas da Bahia. |

Quadro 11: Programas e Projetos sobre o Patrimônio Histórico-Cultural

Elaboração: Azevedo, 2010

Dentro destes projetos o município inicia um processo de valorização do seu patrimônio histórico-cultural o que só vem a contribuir com a atividade turística local. A partir de ações como a valorização das comunidades quilombolas, das edificações que registram uma época na história do município, das festas populares, das manifestações culturais presentes na cidade e através de equipamentos que permitam a interpretação destes patrimônios, as contribuições para a sociedade são enormes, tanto para a população, que passa a ter subsídios para formar a sua identidade, e para os visitantes que são apresentados a atrativos que auxiliam através do conhecimento na interação com a população autóctone.

Por fim, ainda analisando as contribuições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano destacam-se agora intervenções que acabam por contribuir diretamente com a infraestrutura turística do município, como pode ser visto no quadro a seguir.

| PROGRAMAS E PROJETOS | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| Projeto Entradas da Cidade | Qualificação das entradas da cidade, principalmente os acessos pela BA-093, ao Norte e Noroeste da cidade, dotando esses espaços de elementos de marcação visual, a exemplo de totens de sinalização, identificando a cidade e contribuindo para o reforço ao sentimento de pertencimento dos munícipes. |
| Novo Terminal Rodoviário | Realização de estudos para avaliar a viabilidade e identificar alternativas de localização de um novo terminal rodoviário, atribuindo um caráter complementar ao terminal existente. Duas possibilidades de localização devem necessariamente ser estudadas: a Via Parafuso e a BA-512 no trecho a Noroeste da cidade. No estudo serão identificadas as vantagens e desvantagens locais e o impacto no entorno para todas as situações analisadas. |
| Projeto de Centro de Convenções | Implantação de Centro de Convenções em Arembepe, em parceria com empresários do segmento turístico, de forma a construir um projeto mais amplo que incorpore a implantação de hotéis no seu entorno, voltados prioritariamente para o turismo de negócios. |
| Autódromo, Espaço Cultural e de Eventos Musicais | Implantação de autódromo na Orla de Camaçari com estrutura adaptável para sediar grandes eventos culturais e musicais, de forma a possibilitar uma utilização mais constante das instalações. |
| Projeto Centro Olímpico | Construção de um Centro Olímpico de abrangência regional, à margem da Av. Jorge Amado, envolvendo áreas para hospedagem e uma multiplicidade de modalidades esportivas. Deve ser implantada uma via de articulação direta com o Estádio Armando Oliveira e com a Via Parafuso, de modo a atenuar o impacto no tráfego, quando em funcionamento. |

Quadro 12: Projetos de Infra-estrutura Turística
Elaboração: Azevedo, 2010

A partir do desenvolvimento destes projetos Camaçari passará por uma transformação no que tange a atividade turística, pois, outros segmentos turísticos passaram a ser trabalhados. O turismo de negócios para o qual Camaçari sempre teve potencialidade terá um equipamento de extrema importância a partir da construção do Centro de Convenções de Arembepe. O turismo relativo a eventos esportivos passará a contar com outros dois importantes equipamentos o Autódromo e o Centro Olímpico. E por último a existência de um espaço que abarque a realização de grandes eventos culturais e musicais também contribuirá com o turismo na região.

5 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO EM CAMAÇARI

A participação do turismo na composição do poder municipal, ou seja, a existência de um órgão responsável por desenvolver a política de turismo na cidade e gerir esta atividade no município tem uma história marcada por avanços e retrocessos. Camaçari já obteve uma série de tipos de organizações para desenvolver a atividade turística em seu território desde órgãos onde o turismo figurava com outras pastas, como o primeiro órgão oficial, em 1986, a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, a organismos mistos como a Companhia de Desenvolvimento do Turismo – CODETUR, que desde a sua criação em 1993 buscou desenvolver a atividade turística em Camaçari.

A análise a ser desenvolvida ao longo deste capítulo visa avaliar segundo os objetivos da pesquisa a atuação dos órgãos oficiais de turismo e suas respectivas contribuições para a expansão da atividade turística de Camaçari. Este capítulo será organizado a partir de uma visão cronológica do desenvolvimento da estrutura pública do turismo dessa cidade.

| ANO | ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO |
|------|--|
| 1986 | SETIC – Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio |
| 1989 | SETUR – Secretaria de Turismo |
| 1993 | CODETUR – Companhia de Desenvolvimento Turístico de Camaçari – S/A |
| 1999 | SEPLAN – Secretaria de Planejamento/Coordenação de Desenvolvimento Municipal/ Gerência de Turismo |
| 2004 | SEAPRO – Secretaria de Articulação e Coordenação de Programas e Projetos |
| 2006 | SETUR – Secretaria de Desenvolvimento do Turismo |

Quadro 13: Cronologia dos Órgãos Oficiais de Turismo
Elaboração: Azevedo, 2009

5.1 SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SETIC (1986)

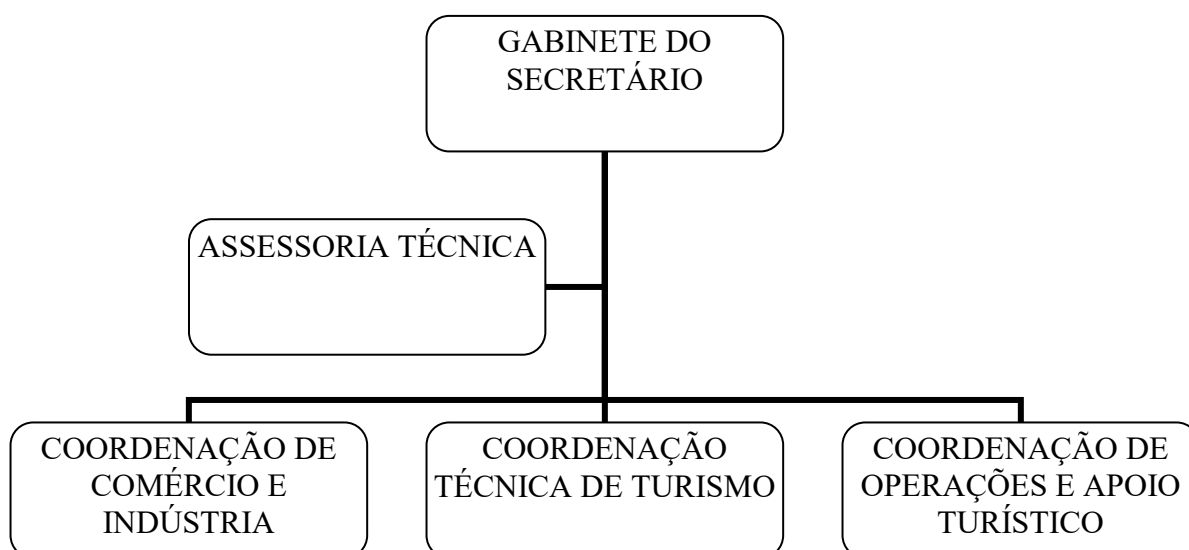
O ano de 1986 tem uma forte importância para a população do município de Camaçari, pois se encerra neste ano um ciclo no qual os camaçarienses eram impedidos de escolher os seus governantes através do voto direto. Camaçari devido ao fato de sediar o então maior complexo petroquímico do hemisfério sul, era considerado território de segurança nacional tendo então seus governantes sendo indicados pelos dirigentes do regime militar. Foi neste ano também que foi criada pela primeira vez na história do município um órgão da administração direta que fosse responsável pelo desenvolvimento do turismo em Camaçari, a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio.

Através da lei número 144 de 28 de abril de 1986 (CAMAÇARI, 1986a) que reestruturava a administração municipal é criada a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. O art. 15 estabelece a finalidade do novo órgão elencando as suas atribuições:

Fixar e executar diretrizes, planos e programas voltados para o fomento do turismo, da indústria e do comércio; estimular a implantação e promover a orientação de investimentos nas áreas de turismo, da indústria e do comércio; promover, nas áreas de sua competência, a articulação entre as políticas e ações federais e estaduais no Município, visando o seu desenvolvimento integrado; planejar e implementar eventos de natureza turística; Promover, em articulação com a Secretaria Municipal de Cultura, a organização e divulgação de manifestações populares tradicionais e promover a preservação e divulgação de locais de interesse turístico. (Ibid., Não paginado).

Pode ser observado que apesar do órgão em questão representar não só o turismo, mas também o comércio e principalmente a indústria, as atribuições citadas anteriormente destacam muito mais o caráter do desenvolvimento do turismo do que as outras pastas representadas na SETIC.

Diante desta informação conhecer a forma de como este órgão está organizado serviria de atenuante para constatar se houve a priorização de alguma área em detrimento das outras. Segundo a lei de criação da SETIC o órgão tinha o seguinte organograma



Organograma 1: Organograma SETIC
Elaboração: Azevedo, 2010.

Percebe-se então que dentro da organização do órgão a projeção que se tem para a SETIC garante mais espaço de intervenção para o turismo já que esta atividade é atribuição de duas das três coordenações do órgão.

Antes da institucionalização da Secretaria de Indústria e Comércio foi criada uma coordenação especial para o fomento do turismo que desenvolveu uma série de ações que foram absorvidas em seguida pelo órgão oficial de turismo. Este planejamento tinha como principal objetivo inserir Camaçari no cenário turístico nacional, proporcionado ao município o desenvolvimento de outra atividade econômica além da indústria instalada no município. Esta tendência sinalizada pode ser observada quando se analisa o trecho a seguir do documento intitulado Turismo: Questão de desenvolvimento, salientando que

A transformação do município em Pólo turístico, além de divulgar Camaçari para todo o Brasil, quiçá internacionalmente, tem como finalidade a geração de receita, haja vista que o fluxo de visitantes significa numerário vindo de economias outras, que circulará intra-município, com um efeito multiplicador para toda comunidade. (CAMAÇARI, 1986b)

É com esta obrigação que surge a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, a de dotar o município de outras possibilidades na economia municipal. E com a incumbência de nortear a atividade turística a SETIC desenvolveu ao longo do seu primeiro ano as seguintes ações:

| AÇÕES SETIC | DESCRIÇÃO |
|--|---|
| Articulação para implantação de meio de hospedagem | Contatos com empresários para construção de hotel, categoria 4 estrelas, com 150 aposentos que gerará 150 empregos diretos, absorvendo ainda bens que sejam produzidos no município. Prevista entrada em operação do hotel em outubro de 1987. |
| Pesquisa de demanda Turística | Efetuadas pesquisas de demanda turística em Jauá e Arembepé, as quais revelaram necessidade de implementar alguns serviços de infra-estrutura urbana, bem como empreendimentos hoteleiros e uma melhor estabilização dos serviços de comércio. |
| Segurança | Implantado serviço de policiamento nas praias. |
| Divulgação de Arembepé | Divulgação do nome de Arembepé através da festa de verão, onde a organização, bastante elogiada, contribuiu para o sucesso da festa que teve divulgação em âmbito nacional através da televisão. |
| Pesquisa para implantação de meio de hospedagem para o público de negócios | Aplicada junto às empresas do Pólo, uma pesquisa para verificar possibilidade de implantação de um hotel na sede do município. |
| Recuperação de equipamentos reconhecidos como patrimônio histórico do município | Em curso um projeto de recuperação e valorização do acervo da Igreja de Vila de Abrantes e da Igreja de Barra do Jacuípe. |
| Calendário oficial de eventos | Em andamento a elaboração do calendário turístico do município |
| Projeto de evento para o São João | Em estudo a realização de um evento de porte para o São João com logotipo próprio. |
| Ações para o Planejamento Urbano | <ul style="list-style-type: none"> • Em elaboração critérios para aprovação de loteamentos de forma a eliminar praias particulares. • Implantação, em conjunto com outras Unidades da Administração Municipal, do Plano Piloto da Orla. |
| Cadastramento de equipamentos turísticos | Elaboração do cadastro de todos os equipamentos turísticos (bar, restaurante, hotel, pousada, camping, etc...) |
| Captação de recursos | Captação de recursos junto a EMBRATUR para melhoramento da infra-estrutura em Jauá e Arembepé. |

Quadro 14: Ações da SETIC – 1986
Elaboração: Azevedo, 2010

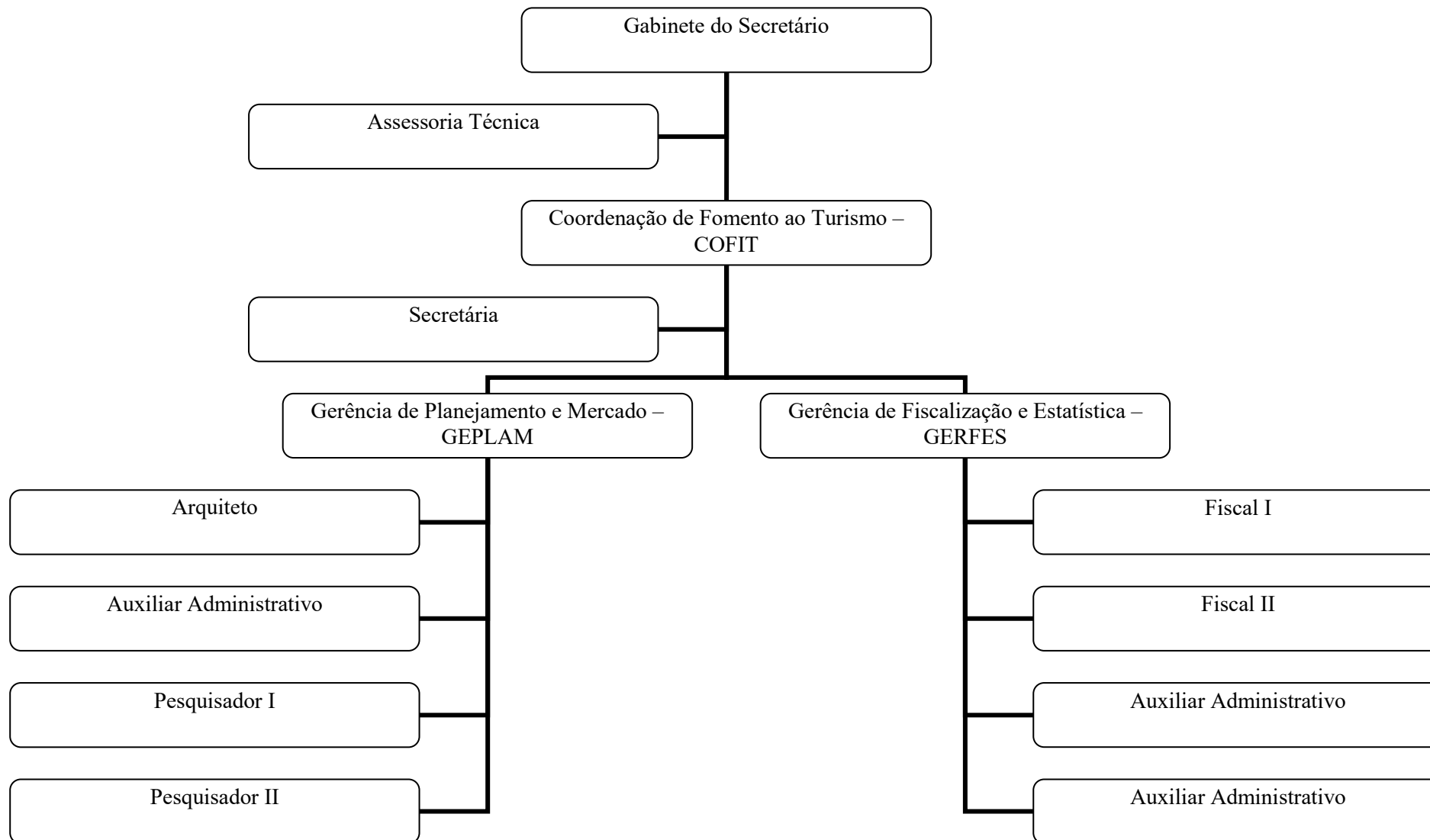
As ações da SETIC mostram características de organização da atividade como o cadastramento da estrutura para ofertar ao visitante, atração de novos empreendimentos para o município, segurança e ações de planejamento urbano. As ações que envolveram pesquisa simbolizam o caráter técnico do órgão solidificado em informações precisas sobre as questões envolvendo o turismo. Embora de uma maneira reduzida existe também uma ação envolvendo a divulgação das potencialidades do município que esta representada na publicidade através da festa de Arembepe de 1986 na qual Camaçari obteve visibilidade nacional.

Contudo ficou notório através da pesquisa o quanto o processo político vivenciado em Camaçari após a mudança de regime prejudicou a administração municipal e conseqüentemente a organização da atividade turística do município. Apesar desta conjuntura a SETIC como primeiro órgão de turismo da história de Camaçari apresentou qualidade técnica nas suas proposições, estando envolvido em diversas questões de interesse do planejamento do turismo como o uso e ocupação do solo, a melhoria da infraestrutura direta e indireta, captação de recursos e atração de investimentos dentre outros aspectos.

5.2 SECRETARIA DE TURISMO – SETUR (1989)

Com o fim da gestão e modificação do grupo político na administração municipal no ano de 1989 acontece uma série de mudanças na estrutura da organização da administração municipal. Dentre elas se destaca a separação das áreas de Turismo, Indústria e Comércio em dois órgãos distintos, a Secretaria de Indústria e Comércio e a Secretaria de Turismo. Através da Lei 163 de 25 de janeiro de 1989 em seu artigo 30 estabelece as atribuições da Secretaria Municipal de Turismo que tinha por finalidade “o planejamento, coordenação, execução, e supervisão da política de desenvolvimento e incentivo ao turismo no município” (CAMAÇARI, 1989, p. 9). Neste momento o turismo assume um importante espaço na administração, pois, pela primeira vez figura com destaque em um órgão da administração direta do município de Camaçari.

A SETUR era constituída de uma estrutura simples que era formada por uma assessoria técnica e pela Coordenação de Fomento ao Turismo, além do gabinete do secretário de turismo. A Coordenação de Fomento ao Turismo tinha diversas atribuições e responsabilidades, como pode ser observado no organograma a seguir:



Organograma 2: Estrutura Organizacional da SETIC
Elaboração: Azevedo, 2010.

Com relação às atribuições das gerências que compunham a Coordenação de Fomento ao Turismo a grande maioria estava relacionada à manutenção e fiscalização das atividades de lazer envolvidas com a orla marítima.

Apesar das modificações administrativas com o intuito de melhor equipar a gestão da atividade turística no município, o turismo continua assumindo um lugar inferior em relação as outras atividades propulsoras de desenvolvimento. Em documento oficial da SETUR percebe-se quanto o órgão busca produzir, porém é podado por questões políticas e administrativas

Os recursos por demais limitados na esfera pública fazem com que profissionais aprendam cada vez mais a inovar, e através do processo criativo/produtivo provoquem mudanças estruturais visando o crescimento do desenvolvimento nas mais diversas áreas de atuação.

Com o Turismo nada é diferente. Camaçari é o nosso exemplo. Com um potencial turístico inesgotável, porém, a destinação dos recursos para o desenvolvimento da área passa por questões político-administrativas, que não atendem às exigências mínimas das necessidades básicas, apresentadas através dos projetos desenvolvidos para dinamização do setor. (CAMAÇARI, 1990).

Dentre as ações que buscaram contribuir para o desenvolvimento do turismo de Camaçari diante da situação anteriormente citada tem-se destaque o programa de Valorização da Orla de Camaçari, que propunha a dotação das localidades da orla marítima de infraestrutura através de projetos específicos que objetivavam a melhoria dos serviços oferecidos, para posteriormente realizar parcerias com a iniciativa privada (Ibid.). O projeto definiu prioridades e dividiu metodologicamente a orla marítima em etapas distintas nas quais cada localidade teria seu momento de intervenção. A localidade de Guarajuba foi definida como local prioritário seguida de Itacimirim, Arembepe, Jauá, Barra de Jacuípe, Parafuso e em seguida as demais localidades.

A característica de construção e melhoria da infra-estrutura tanto a que serve diretamente ao turismo quanto a de finalidade indireta faziam parte dos temas dos projetos da SETUR. Aliada a esse aspecto a promoção de eventos e a participação em eventos de turismo nacionais, produção de material de divulgação, o fomento ao artesanato local dentre outras ações também faziam parte das ações planejadas para a SETUR. Logo a SETUR assumia as funções de planejador das intervenções físicas na orla marítima e ainda detinha a finalidade de exercer a função mercadológica do turismo no município desenvolvendo ações para divulgar e promover o turismo na cidade. Para exemplificar tal cenário temos o próximo quadro que traz os planejamentos de intervenções para o verão dos anos de 1991 e 1992.

| PLANEJAMENTO VERÃO 1991 – AÇÕES PRIORITÁRIAS | PLANEJAMENTO VERÃO 1992 – AÇÕES PRIORITÁRIAS |
|---|---|
| Urbanização da Cascatinha – Barra do Pojuca: Complexo de bares, restaurantes, parques, estacionamento as margens do rio Punhaí. (Afluente Rio Pojuca) | Estrada do Coco: Recapeamento dos leitos, Sinalização Horizontal e Vertical e Desmatamento da faixa de domínios |
| Urbanização do Jorrinho Camaçari; | Entrega definitiva do centro de abastecimento de Buris de Abrantes |
| Conclusão da Padronização de barracas de praia (Barra de Jacuípe, Jauá, Itacimirim); | Construir centro de abastecimento de: Catu de Abrantes, Jauá, Arembepe, Jacuípe e Barra de Pojuca |
| Formação de Guias Turísticos Mirins; | Implantar os marcos do Rio Joanes e do Rio Pojuca |
| Formação em conjunto com o 12º Batalhão da Polícia Militar do Pelotão de Polícia Turística | Construir a praça da igreja de Jauá |
| Instalação de banheiros públicos em áreas de concentração (praias). | Urbanização da entrada de Jauá |
| Elaboração de novo folheto para divulgação da orla; | Recaprear, ordenar e padronizar quebra-molas |
| Festa de Arembepe | Urbanizar a entrada de Arembepe |
| Participação de Congresso da ABAV 1992 | Construir a “cabana” da Prefeitura Municipal de Camaçari na Aldeia Hippie |
| Stand na Feira do Interior | Construir estacionamento e caminho para a praia em Jacuípe |
| Realização das festas de padroeiro das localidades | Alugar se não for possível comprar barcos para o SALVAMAR, a ser utilizado em Jacuípe |
| Reativar a “CHEGANÇA”, de Arembepe e Monte Gordo; | Construir as barracas nas praias de Jacuípe e Itacimirim |
| Urbanização da praia do Canto do Sol | Construir a estrada que acessa a foz do rio Pojuca |
| Implantação da Feira de Artesanato de Arembepe | Construir linha de distribuição de energia elétrica, até a foz do Rio Pojuca |
| Fardamento para barraqueiros de praia | Construir o posto de informações e fiscalização na estrada de Guarajuba |

Quadro 15: Principais ações do planejamento 1991 e 1992 SETUR

Elaboração: Azevedo, 2010.

Fonte: Camaçari, 1991.

É válido salientar que o quadro apresentado apenas traz as principais ações de planejamento da Secretaria de Turismo. Percebe-se então que ao longo da gestão da Secretaria de Turismo a frente da política municipal de turismo se buscou investir principalmente na infra-estrutura das localidades turísticas da orla marítima, sempre com atenção ao turismo de sol e praia. Porém, como dito anteriormente, as ações de promoção do destino sempre estiveram presentes para mostrar para o mercado nacional os atrativos de Camaçari que sempre sofreu com a influência da cidade de Salvador, pois suas principais praias se confundiam para o grande público como praias pertencentes à Capital do Estado.

Apesar da descontinuidade administrativa ser um problema recorrente na administração pública neste caso, até o presente momento, pode se comprovar uma mesma linha de atuação envolvendo a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio e a Companhia de Desenvolvimento Turístico que será apresentada em seguida.

5.3 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – CODETUR (1993)

A Companhia de Desenvolvimento Turístico foi o órgão oficial de Turismo do município de Camaçari entre os anos de 1993 e 1998. Trata-se de uma autarquia da administração municipal de economia mista, ou seja, uma empresa de turismo. Este órgão foi criado a partir da lei Nº 285 de 1993 na qual também estabelecia os seus objetivos, suas respectivas atividades e a constituição de suas receitas. A CODETUR estava relacionada na estrutura da organização pública municipal a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente como entidade da administração indireta. Tendo a sua constituição interna datada de 17 de março de 1994 a CODETUR teve uma relevante estrutura para desenvolver o turismo em Camaçari.

Segundo o regimento interno a CODETUR tinha como finalidade

Planejar, coordenar, executar, e supervisionar o Desenvolvimento do Turismo em âmbito municipal, à exploração de equipamentos, bem como a promoção, construção, ampliação, reforma, conversão, e recuperação de equipamentos turísticos de hospedagem, recepção e lazer. (CAMAÇARI, 1994)

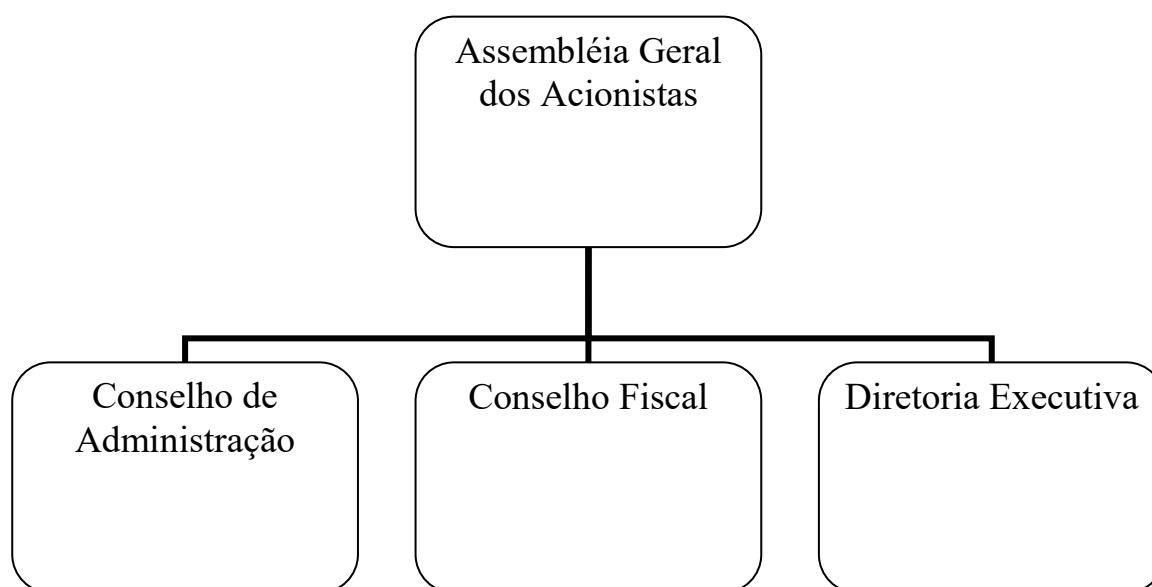
Inicialmente já se percebe a força desta estrutura a partir da análise de sua finalidade. Pode-se dizer que a estrutura da CODETUR atingia as necessidades para o desenvolvimento da atividade do município, pois, além de comandar a política de turismo

tinha o poder de intervenção nos equipamentos turísticos que iam desde a fiscalização a recuperação dos mesmos.

Com relação aos objetivos da CODETUR, que auxiliam a compreender o perfil da organização, eles são apresentados no teor da própria lei de criação do órgão, no estatuto e no regimento interno da companhia. Como cada documento foi criado em um momento diferente percebe-se o aumento do grau de detalhamento destes objetivos.

A Lei Nº 285 de 1993 (CAMAÇARI, 1993) estabelece em linhas gerais o foco da CODETUR no planejamento e na organização da atividade turística municipal incentivando até atividade de pesquisa. Já o estatuto (CAMAÇARI, 1994) da Companhia criado no ano seguinte apresenta além dos objetivos já citados, outros mais específicos que retratam, por exemplo, a defesa das tradições culturais e a capacidade da organização em gerar recursos por conta própria. No regimento interno da empresa percebe-se o amadurecimento maior das proposições unindo as diretrizes desenvolvidas anteriormente com outros aspectos como a responsabilidade da publicidade e da propaganda sobre o turismo em Camaçari.

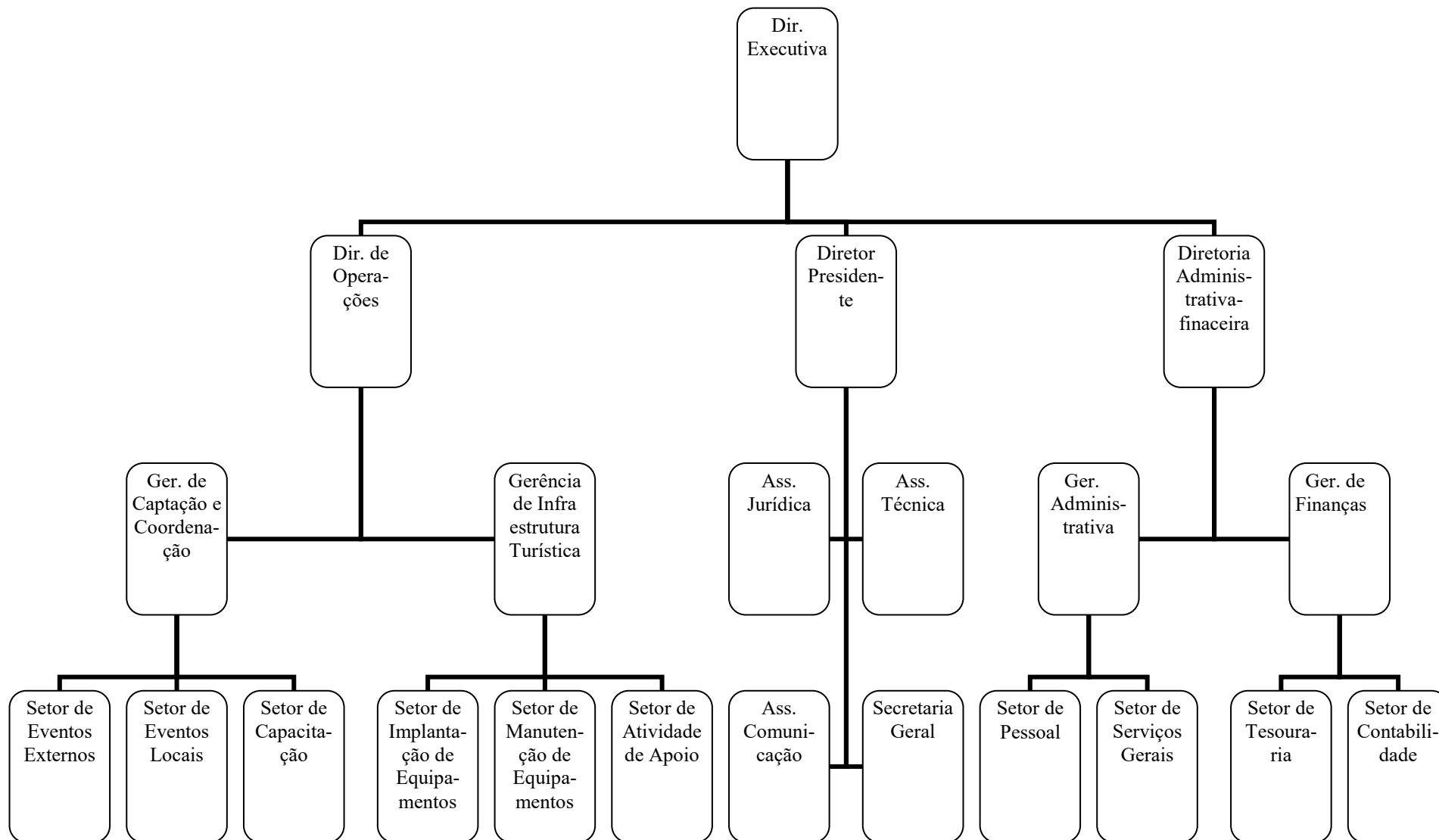
Ao observar a CODETUR como fomentador da política de turismo no município necessita-se traçar o perfil organizacional da entidade para um melhor entendimento de suas contribuições. De acordo com a análise do estatuto e do regimento interno da CODETUR observou a seguinte estrutura administrativa.



Organograma 3: Estrutura Organizacional CODETUR
Elaboração: Azevedo, 2010.

Dentro desta configuração temos a Assembléia Geral dos acionistas como órgão maior de decisão, os conselhos fiscal e de administração como setores de organização interna

e a Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento Turístico de Camaçari assume o caráter técnico do órgão e a sua estrutura organizacional que pode ser observada no quadro a seguir:



Organograma 4: Estrutura Organizacional Diretoria Executiva CODETUR
Elaboração: Azevedo, 2010.

A partir da análise desta estrutura percebe-se o foco da entidade no fomento do turismo no qual está explícita principalmente a independência do órgão na gestão do turismo em Camaçari.

Para apresentar um panorama das ações em prol da atividade turística municipal serão mostradas inicialmente as bases do planejamento turístico que nortearam as ações da CODETUR e em seguida os resultados obtidos.

O documento intitulado Projeto Institucional e Financeiro de Desenvolvimento Turístico de Camaçari (CAMAÇARI, 1994) estabelece as principais estratégias para a atividade turística a ser desempenhada pela CODETUR. Este trabalho apresenta inicialmente a estratégia de desenvolvimento para o turismo do ponto de vista mercadológico, ou seja, da atração de empreendimentos de turismo. Esta estratégia seria

A adoção de projeto de ocupação e uso das praias por empreendimentos de padrão e nível internacional, apoiado em legislação protetora da perenidade do padrão adotado e em instrumental financeiro de atração de investidores, notadamente de capital multinacional, derrogando em último plano o uso de incentivos fiscais. (Ibid., Não paginado)

Esta definição da oportunidade turística de Camaçari em atrair empreendimentos turísticos de fato foi detectada como uma das principais ações da CODETUR a frente das questões concernentes ao turismo em Camaçari.

Dentro da Proposta de Desenvolvimento para o Turismo de Camaçari (Ibid.) existiam dois componentes importantes sendo um as definições sobre as normas de uso e ocupação do solo e o outro a formulação de arcabouço legal, institucional e financeiro de apoio ao desenvolvimento do turismo. Estão estabelecidas também projetos para alcançar os componentes citados a partir da organização da atividade turística no município.

Destes projetos apresenta-se inicialmente o Projeto Turístico Internacional de Camaçari – PROTURIN-CAMAÇARI que tinha como finalidade “abranger não só as definições de uso e ocupação do solo na orla marítima como toda a legislação e o ordenamento dos procedimentos financeiros promotores do desenvolvimento turístico” (Ibid. Não paginado). Em seguida tem-se no Projeto Institucional e Financeiro de Desenvolvimento Turístico de Camaçari uma proposta que visa construir uma alternativa de ação colegiada para o turismo de Camaçari representados no Conselho de Política e Desenvolvimento do Turismo de Camaçari – CONDETUR, propondo que ele se “estabeleça como adequado poder setorial, a legislação municipal, devendo ser revisada de forma que não progridam nos Órgãos da Prefeitura Municipal nem na Empresa Municipal de Turismo projetos ou dotações, convênios

ou contratos sem a sua efetiva anuência.” (Ibid., Não paginado), e principalmente no Fundo de Desenvolvimento Turístico de Camaçari – FUNDETUR, que sendo gerido pelo CONDETUR e sob fiscalização da empresa municipal de turismo seria suprido por fontes como

Dotações de qualquer origem ou natureza; parcela dos impostos municipais gerados pelos empreendimentos implantados; contribuição das empresas turísticas, especialmente contratadas (equivalente ao esforço exigível no relativo à infra-estrutura demandada pelo seu projeto particular e o equivalente a adicional calculado sobre o valor dos impostos recolhidos aos cofres públicos municipais, estaduais e federais.); financiamentos de agências nacionais ou internacionais. (Ibid. Não paginado)

Para a manutenção do projeto de turismo proposto a partir da institucionalização da Companhia de Desenvolvimento Turístico estava estabelecido dentro deste planejamento, que esta sendo apresentado, a criação de uma estrutura que pudesse buscar recursos financeiros para que não alijasse apenas os recursos da prefeitura municipal. Apresenta ainda um projeto propondo que a empresa municipal de turismo a CODETUR tenha

A liberdade de ação, independência e eficiência da empresa municipal de turismo de Camaçari deve se ampliar se inserida no PROTURIN/CAMAÇARI, passando a dispor de um caixa dinâmico para financiar atividades e indiretamente empreendimentos privados – o FUNDETUR/CAMAÇARI – do qual deve provir inclusive recursos para sua manutenção, através do pagamento de uma Taxa de Administração do mesmo. (Ibid., Não paginado)

E por último um projeto que visa fazer uma provocação na questão da legislação geral e urbana relacionada com o turismo, principalmente no que toca ao uso e ocupação do solo e da propriedade do direito de construir, questões que se não tivessem bem alicerçadas prejudicariam todo o Programa.

Logo se tem o que podemos chamar de planejamento para o turismo no município de Camaçari dentro da Companhia de Desenvolvimento Turístico.

Analisando os resultados obtidos pela CODETUR ao longo dos dois primeiros anos de existência da empresa pode-se observar o quanto se evoluiu na atividade turística municipal e se as premissas elencadas no planejamento inicial foram atingidas.

| RESULTADOS OBTIDOS | DESCRIÇÃO |
|--|--|
| Criação da Lei Municipal Nº 316 de 1994 | Que dispõe sobre incentivos fiscais para empresas turísticas e afins que queiram investir no município. |
| Elaboração de folheteria específica da orla do município | Explorando todo o seu potencial dos atrativos naturais, equipamentos e serviços. |
| Promoção de Eventos | <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Verão Cinco Estrelas: Festa de Guarajuba (94/95), Festa de Jauá (94/95), Festa de Jacuípe (94/95), Festa de Itacimirim/Barra do Pojuca e a tradicional Festa de Arembepe (95). • São João e São Pedro (94 e 95). • Reveilon Camaçari/Arembepe (94) • Micareta Camaçari (95). |
| Grupo Salvamar | Reativação e reaparelhamento do grupo SALVAMAR, para atuação nas diversas praias do município. |
| Centro de Treinamento Turístico | Adaptação e reaparelhamento do antigo camping de Jauá, para atender ao programa de treinamento e qualificação da mão-de-obra turística do município. |
| Convênios | <ul style="list-style-type: none"> • CTI – NE (Fundação de Turismo Integrado Nordeste): O município de Camaçari, filiado a entidade, faz parte do seu Conselho Deliberativo, onde tem voto nas reuniões mensais, para avaliação e/ou definição de projetos da Fundação. • FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR: Este convênio propicia recursos para viabilização do programa de preservação das tartarugas marinhas, em Arembepe. |
| Conselho Municipal de Turismo | Criação do Conselho Municipal de Turismo; |
| Eventos Receptivos | Elaborados FANTOUR's para recepcionar entidades representativas ao Trade Turístico Nacional e Internacional. |
| Estação Meteorológica | Unidade de monitoramento ambiental, ligada a uma rede mundial, instalada em Arembepe conforme convênio liberado com o Ministério do Meio Ambiente; |
| Padronização de Barracas de Praia | Elaboração de Projeto arquitetônico para padronização das barracas de praia para serem implantados em toda extensão da orla marítima. |

| RESULTADOS OBTIDOS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Obras de Apoio à Atividade Turística implantadas no Município | Solicitação das seguintes obras à prefeitura: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de abastecimento de água de Jauá • Sanitários Públicos de Jauá. • Pavimentação de 10 ruas em Arembepe. • Acesso a praia de Itacimirim; • Acesso ao Projeto Tamar Arembepe |
| Projetos | <ul style="list-style-type: none"> • Terminal Turístico de Jacuípe; • Projeto de Informações Turísticas, em Abrantes; • Casa do Estagiário – Projeto Tamar, em Arembepe; • Transformação da Casa da Aldeia em sede Administrativa do Projeto Tamar. |

Quadro 16: Resultados obtidos pela CODETUR entre 1994 e 1995;
 Elaboração: Azevedo, 2010

Inicialmente percebe-se a distância das premissas elencadas no planejamento inicial da CODETUR e dos seus resultados obtidos após dois anos. No entanto, a quantidade de proposições técnicas para intervenção na atividade turística municipal desenvolvidas pela CODETUR retrata a qualidade da equipe no desenvolvimento dos projetos. Para que estes projetos fossem transformados em ação concreta dependia de fatores financeiros e administrativos da relação da empresa municipal de turismo e a prefeitura municipal de Camaçari. Diante dos seus recursos a CODETUR investiu com mais ênfase ao longo entre 1994 e 1996 em ações de promoção, publicidade e propaganda como pode ser observado no quadro a seguir

Tabela 1: Aplicação de recursos financeiros CODETUR 1994 – 1996

| Atividade | 1994 | 1995 | Out./1996 |
|---|-------------|-------------|------------------|
| Eventos, Promoções, atividades afins | 49% | 62% | 51% |
| Publicidade e Folheteria | 14% | 02% | 1,1% |
| Salários, Honorários e Encargos | 13% | 20% | 23,4% |
| Convênios | 4% | 4% | 0,76% |
| Outros | 20% | 12% | 23,74% |

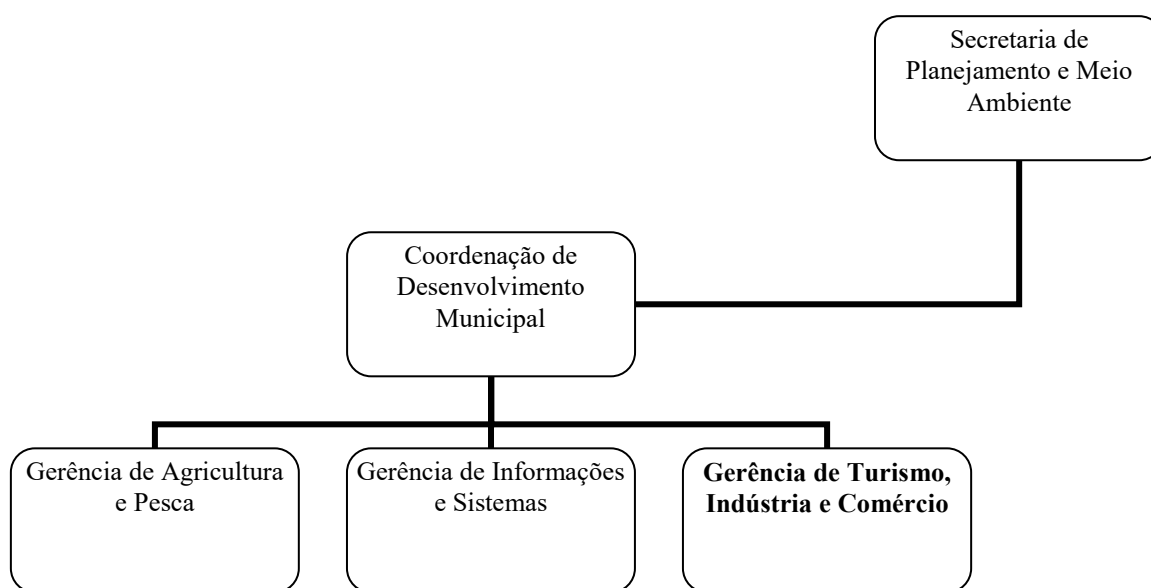
Fonte: Camaçari, 1996

Analisando a aplicação dos recursos financeiros da CODETUR pode-se observar características relevantes com relação às atividades priorizadas pela empresa municipal de turismo. Percebe-se um crescimento do gasto com o quadro de pessoal ao longo dos anos que chegou a quase o dobro no fim do período estudado, que representava uma considerável parte dos recursos da empresa. Contudo pode-se afirmar então que a finalidade da CODETUR acabou se resumindo na coordenação das festas populares do município, transformando-as em eventos de turismo, sendo divulgados com uma estrutura de propaganda integrada, como foi mostrado no quadro dos resultados obtidos, e nas ações de publicidade e propaganda, que após o primeiro ano não se investiu mais com o mesmo afimco.

A Companhia de Desenvolvimento Turístico de Camaçari foi liquidada e extinta através da lei municipal 412 de 1998 (CAMAÇARI, 1998), porém a empresa ainda não teve seu processo totalmente encerrado devido a entraves concernentes a direitos trabalhistas de seus antigos funcionários.

5.4 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE – SEPLAM (1999) E SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS – SEAPRO (2004)

Após o insucesso da Companhia de Desenvolvimento Turístico de Camaçari simbolizado na sua liquidação e conseqüente extinção o turismo em Camaçari inicia um momento de retrocesso na sua organização por parte do poder público. A partir do ano de 1999 as decisões concernentes ao turismo ficaram reservadas a uma gerência dentro da Coordenação de Desenvolvimento Econômico que por sua vez respondia a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente criada em 1997 pela lei de Nº 368. A GETIC – Gerência de Turismo, Indústria e Comércio estava atrelada a Coordenação de Desenvolvimento Municipal como pode ser visto no quadro a seguir



Organograma 5: Estrutura organizacional do turismo em 1999
Elaboração: Azevedo, 2010.

A GETIC esteve à frente por parte das ações de um órgão de turismo durante quatro anos tendo a grande maioria de suas responsabilidades

o disciplinamento do uso dos Centros Comerciais da Sede, Parafuso, Buris de Abrantes, Nova Vitória, e Mercosul Camelódromo, atuando também na fiscalização das praias do Município e Estação Rodoviária principalmente sobre o ordenamento das atividades informais, cuja demanda é bastante significativa. (CAMAÇARI, 1999)

Quando se cita que apenas em parte este órgão contribuiu para a organização da atividade turística isto se deve pelo fato de que o mesmo se responsabilizava pela fiscalização das atividades informais nas praias, isso incluía o trabalho com barraqueiros, baianas de acarajé, ambulantes, o que ainda é ínfimo comparado a um órgão oficial que deva desenvolver a política de turismo de uma cidade com o potencial de Camaçari.

Porém, diante das ações meramente administrativas no tocante a fiscalização surge nesta época o Plano Nacional de Turismo do governo Fernando Henrique Cardoso no qual se destacou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo que tinha como maior finalidade a descentralização da gestão do turismo com relação ao poder público e o foco na valorização do município como o território de maior importância para o desenvolvimento do turismo. Dentro deste programa existia uma grande contribuição para a gestão da atividade turística que foi a confecção dos conselhos municipais de turismo. Com isso a GETIC desenvolveu o processo da Comissão Pró-Conselho juntamente com representante do Gabinete do Prefeito e outros personagens do trade turístico local até a construção do Conselho Municipal de Turismo em 2002 como comprova suas atas pesquisadas.

O Conselho Municipal de Turismo teve uma importante participação na história do planejamento e da organização do turismo em Camaçari. Pode-se dizer que em meio a um desprestígio do turismo na administração direta do município o Conselho assumiu um papel aglutinador dos personagens inerentes a construção da atividade turística municipal. As realizações do Conselho Municipal de Turismo de Camaçari foram diretamente relacionadas na construção de uma política de turismo para o município no qual a formatação de projetos, a realização de inventários e até mesmo a construção de um plano de turismo fizeram parte deste momento de importante intervenção técnica no turismo municipal. Infelizmente em virtude de entraves administrativos e políticos o Conselho Municipal de Turismo não teve mais de uma gestão, sendo a primeira o biênio entre 2002 e 2004 e em seguida o fim de seu caráter atuante.

É válido salientar que todo sucesso atingido pelo Conselho Municipal está diretamente relacionado com o PRODETUR II e com o Programa de Municipalização de Turismo. Com relação ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste que tinha o objetivo de

reforçar a capacidade da Região Nordeste em sustentar o crescimento do setor turístico, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Para atingir tal objetivo, o programa deveria proporcionar infraestrutura básica e serviços públicos em áreas onde já existia uma atividade

turística crescente, onde o setor público não conseguisse acompanhar o incremento da demanda. Esperava-se que tais investimentos beneficiassem amplamente a população de baixa renda, além de alavancar investimentos de grupos privados no setor turismo. (WHITTING, FARIA, 2001 apud BAHIA, 2002).

O PRODETUR II além de trazer os mesmos objetivos tinha a intenção maior de não repetir os erros da primeira etapa do projeto, ação que foi exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) organismo financiador do projeto. A existência de organismo como o Conselho Municipal de Turismo em Camaçari fazia com que o município ganhasse visibilidade em meio aos municípios existentes de um mesmo Pólo de Desenvolvimento.

E como já foi dito, devido ao fato dos Conselhos Municipais fazerem parte da Política Nacional de Turismo, os municípios eram levados a confeccionar estes organismos para estar aptos aos possíveis recursos do Governo Federal o que simboliza o papel dos municípios neste processo, pouco interessados com o verdadeiro desenvolvimento do turismo e sim com a aquisição de recursos financeiros.

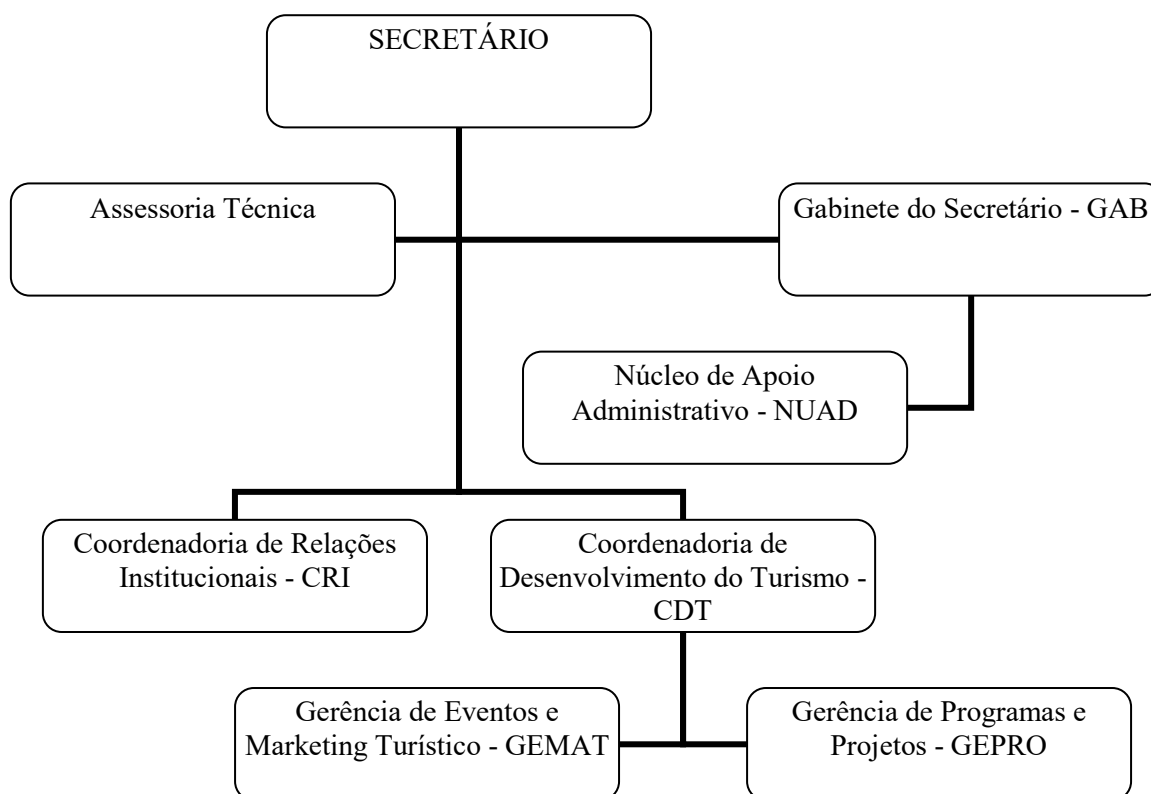
Em 2004, a partir da criação da Secretaria de Articulação e Coordenação de Programas e Projetos, todo o acompanhamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que foi iniciada com a GETIC, passou para este órgão.

5.5 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – SETUR (2006)

Finalmente no ano de 2006 o turismo volta a figurar com destaque na administração direta encerrando um período de oito anos sem um órgão específico para a atividade. Vale salientar que neste mesmo período encontrou-se desativado o Conselho Municipal de Turismo, ou seja, o planejamento e a organização do turismo em Camaçari havia passado por seu momento mais conturbado no qual praticamente inexistiu.

Criada através da Lei Nº 730 de 18 de maio de 2006 a Secretaria de Desenvolvimento do Turismo possuiu um grande entrave no de ano sua criação, pois como foi criado em meio de um exercício financeiro, a SETUR teve problemas para poder atuar neste ano. No entanto, apesar do início conturbado, a SETUR sinalizava em sua estrutura organizacional e em seu planejamento a possibilidade de desenvolver a política de turismo no município.

A Secretaria de Desenvolvimento do Turismo tem como finalidade “propor, elaborar, e apoiar a execução de programas e projetos turísticos no âmbito de Município” (CAMAÇARI, 2006) o que torna clara as responsabilidades do órgão para com a atividade turística de Camaçari. E esta formatação fica mais nítida quando se observa a estrutura organizacional da SETUR



Organograma 6: Estrutura Organizacional SETUR 2006
Elaboração: Azevedo, 2010.

A Secretaria de Desenvolvimento do Turismo então teria apenas a responsabilidade de desenvolver a política de desenvolvimento do turismo municipal o que simboliza várias diferenças quando comparadas a finalidade de outros órgãos de turismo que já existiram em Camaçari. Por exemplo, o trabalho da fiscalização e acompanhamento das atividades econômicas envolvidas nas praias do município, como baianas de acarajé e vendedores ambulantes, característica marcante em outros órgãos, não faz parte mais das atribuições da SETUR. Outra característica marcante é a compreensão do caráter interdisciplinar do turismo personificado na Coordenação de Relações Institucionais que tem como finalidade “incrementar a oferta turística através da atração e captação de investimentos e ampliação de negócios turísticos no Município” (Ibid. Não paginado) e ter uma estrutura como esta dentro do órgão aproxima do propósito de desenvolvimento da atividade turística

de Camaçari. A Coordenadoria de Desenvolvimento do Turismo que tem por finalidade “elaborar, coordenar, desenvolver e acompanhar programas e projetos visando o desenvolvimento do turismo, bem como formular, coordenar e executar a política de divulgação e promoção do turismo no Município” complementa a estrutura técnica da SETUR apresentando um caráter mercadológico inerente à atividade turística.

A SETUR é o órgão que permanece a frente da organização do turismo em Camaçari até os dias atuais, meados de 2010, porém será analisado o planejamento desenvolvido entre os anos de 2006 e 2008.

| PROJETOS ESTRATÉGICOS | TIPO |
|---|---|
| Base de Informações Turísticas de Arembepe e Guarajuba | Infra-estrutura turística |
| Base de Informações Ambientais de Arembepe | Infra-estrutura turística |
| Projeto de Qualificação do atrativo turístico Jacuípe | Infra-estrutura turística |
| Projeto de Urbanização das Barracas de Praia de Guarajuba | Infra-estrutura turística |
| Projeto de Urbanização das Barracas de Praia de Barra do Pojuca | Infra-estrutura turística |
| Projeto de Urbanização do atrativo turístico do emissário submarino Cetrel; | Infra-estrutura turística |
| Projeto de Requalificação Urbanística de Arembepe | Infra-estrutura turística |
| Projeto de Requalificação Urbanística de Itacimirim | Infra-estrutura turística |
| Projeto do Centro de Lazer de Arembepe | Infra-estrutura turística |
| Projeto CREDITOUR | Estímulo ao Fluxo Turístico |
| Projeto I Circuito de Vela de Guarajuba – Verão de 2007 | Evento de incremento ao Fluxo Turístico |
| Projeto Náutico Camaçari – Verão 2008 | Evento de incremento ao Fluxo Turístico |
| Projeto Verão 2007 | Evento de incremento ao Fluxo Turístico |
| Desenvolvimento de PEMT – Plano Estratégico Municipal de Turismo – 2007/2012; | Ação de Planejamento |
| Missão Oficial Europa 2006 | Ação de Planejamento |
| Seminário para discussão do turismo de forma sustentável nos municípios da Costa dos Coqueiros. | Ação de Planejamento |

Quadro 17: Projetos Estratégicos SETUR 2006
Elaboração: Azevedo, 2010.

Dentre os planos elencados como estratégicos pela Secretaria de Turismo destaca-se o foco na melhoria da infraestrutura turística em pontos específicos que também são trabalhados no PDDU do município o que mostra uma interação entre as partes e as ações de incremento ao fluxo turístico, principalmente, por via de eventos de lazer ou esportivos. Mais uma vez percebe-se o alto grau técnico nas proposições desenvolvidas pelo órgão de turismo que representa parte da ação institucional do poder público em prol do turismo. Contudo, tem-se como característica negativa a não efetivação destes planos e projetos em sua grande maioria o que colabora, por outro lado, com a afirmação que o turismo em Camaçari não faz parte das ações prioritárias.

CONCLUSÃO

O estudo do planejamento e da organização do turismo em Camaçari dentro do período entre os anos de 1986 e 2008 permite formar opinião substanciada sobre o desenvolvimento da atividade turística neste município. Apesar da vocação para o turismo pertencente a Camaçari percebeu-se que o planejamento e a organização da atividade estiveram referenciados em um arcabouço legal insuficiente, viu-se que o planejamento urbano em grande parte do período foi omissivo com as questões concernentes ao desenvolvimento do turismo e que principalmente os órgãos de turismo não detinham força político-administrativa para desenvolver a política municipal de turismo e a conseqüente organização da atividade em Camaçari. Por outro lado, pode-se constatar leis de importante valor para a atividade turística existente no município, além de uma excelente projeção para o turismo com relação ao planejamento urbano local e uma qualidade técnica nas proposições da grande maioria dos órgãos oficiais de turismo que já existiram nesta cidade.

Para fomentar uma atividade econômica em uma cidade faz-se necessário a existência de um conjunto de leis municipais que alicercem este segmento econômico e que permitam e incentivem seu conseqüente desenvolvimento e mais, estas leis necessitam sair do papel, ou seja, necessitam obter a sua eficácia jurídica, fazendo cumprir a legislação em vigor para que possam realizar o que se propõem. No caso de Camaçari, um argumento que colabora com a afirmação de que o turismo não foi atividade prioritária da administração pública municipal está justamente na insuficiência de proposições que atingissem diretamente esta atividade, e das poucas leis existentes a grande maioria não chegaram a ser efetivadas. Existe, porém, leis municipais que se relacionam com o turismo e o atingem indiretamente, como leis com finalidade ambiental e de planejamento urbano. O maior exemplo desta questão está no caso da lei nº 316 de 1994 que propõe, de maneira bem elaborada, incentivos fiscais para empresas turísticas que se instalassem em Camaçari. Como foi dito anteriormente esta lei apesar de ter sido criada por influência da CODETUR, de estar muito bem desenvolvida abrangendo praticamente qualquer tipo de empreendimento turístico e que poderia se configurar em um verdadeiro impulso para a construção de uma estrutura de serviços turísticos melhor qualificada em Camaçari, nunca foi regulamentada. Outra lei que segue a mesma linha é a de nº 750 de 2006 que dispõe sobre a criação do Fundo

Municipal de Turismo de Camaçari que também não se tornou realidade. De maneira direta o turismo foi incentivado, mesmo que de maneira superficial, pelo processo do poder legislativo em Camaçari, porém a administração municipal não fez cumprir a esta legislação, o que sinaliza a carência de estímulo ao planejamento desta atividade neste município. Por outro lado tendo sido os órgãos oficiais de turismo os propositores destas poucas leis, fica sinalizado que existia sim um planejamento, uma política, porém que não foi efetivado devido ao fato de o turismo em Camaçari não ser uma questão prioritária na compreensão de outros setores do poder público municipal.

Outro aspecto analisado com o intuito de estudar as ações de planejamento e organização do turismo em Camaçari foi à influência do planejamento urbano no desenvolvimento da atividade turística. Dentro do período, como foi observado ao longo do estudo, existem dois documentos que influenciaram e influenciam o desenvolvimento urbano de Camaçari e conseqüentemente acabam por atingir também o desenvolvimento do turismo. Pode-se dizer que o primeiro, o Plano Piloto da Orla Marítima, retrata como um planejamento urbano pode atingir tanto positivamente quanto negativamente uma região, tendo como principal característica a aceitação das investidas da especulação imobiliária e o incentivo a empreendimentos de segunda residência. Por outro lado, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari apresenta o que pode ser chamado de ideal para o planejamento e organização da atividade turística de Camaçari, sendo um documento basilar para a futura construção do Plano Municipal de Turismo, pois, como pôde ser visto, este documento possui uma série de proposições conectadas com as verdadeiras necessidades do município em diversas áreas, inclusive no turismo.

Por último, de acordo com o a pesquisa realizada, houve a criação de órgãos de turismo que evidenciam a existência da atividade turística na administração direta do município de Camaçari no período estudado e que o turismo sempre esteve nos planos da política municipal de desenvolvimento. Percebeu-se, porém que cada órgão de turismo teve a sua finalidade minimizada, pois poucas vezes conseguiram colocar o seu qualificado planejamento em ação. Esta situação pode ser exemplificada por todos os órgãos de turismo que já existiram, principalmente a CODETUR e a própria Secretaria de Desenvolvimento do Turismo, órgão responsável na atualidade pela política municipal de turismo. Entraves como descontinuidade administrativa, a falta de entendimento que o turismo é uma atividade que deve ser planejada de maneira interdisciplinar envolvendo toda a administração e principalmente a existência de um

segmento econômico consolidado como a indústria petroquímica foram decisivos para o crescimento insuficiente do turismo em Camaçari.

Apesar dos impactos negativos citados com relação ao planejamento e a organização do turismo em Camaçari, foram encontrados ao longo deste estudo, indícios que sinalizam que o turismo em Camaçari pode estar entrando em um novo momento na história municipal.

As mesmas leis, que por hora, encontram-se em um estado no qual não são utilizadas podem vir a ser de fato colocadas em vigor, pois a maior dificuldade, a criação destas leis, já foi superada. Exemplo deste fato é a já citada lei que cria o Fundo Municipal de Turismo que necessita de um trabalho politicamente forte envolvendo todos os agentes do turismo sendo estes, a comunidade, os empresários e o próprio poder público, para pressionar a sua utilização.

Do ponto de vista da organização do espaço urbano tem-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano municipal que, como pôde ser visto, traz uma excelente projeção de Camaçari tendo no turismo um importante mecanismo de desenvolvimento.

E com relação ao órgão oficial de turismo, a SETUR, devido a estes estímulos vindos dos segmentos citados, através de todos os recursos e atrativos turísticos que detém está mais bem habilitada a realizar um real planejamento e confeccionar uma política de turismo alicerçada no desenvolvimento deste importante município do estado da Bahia.

Diante dos argumentos apresentados comprova-se a hipótese levantada no início desta pesquisa salientando que devido ao fato de Camaçari ser uma cidade onde a atividade econômica prioritária é a indústria, o turismo não obteve um planejamento e uma organização a altura da grandiosidade de seu potencial turístico entre os anos de 1986 e 2008.

É válido salientar que a escolha pela a atividade industrial como mecanismo de desenvolvimento feita pelo poder público municipal e estadual não está sendo condenada neste trabalho. Mas está sim sendo sugerida uma maior atenção por parte dos detentores do poder público municipal, dos empresários da atividade e da própria comunidade para com o turismo, pois esta atividade econômica pode reverter em grandes benefícios, caso seja bem planejada, os investimentos feitos por todos.

Talvez os argumentos que comprovam que o fomento a atividade turística no município nunca foram prioridade, devido a existência de um forte segmento econômico no município, sejam insuficientes e até mesmo um discurso previsível.

Porém, apesar do desenvolvimento insuficiente da atividade turística em Camaçari ser algo notório, não citar os pontos positivos e negativos desta história seria um desrespeito aos trabalhadores, moradores, empresários e administradores que desenvolveram uma série de projetos e propostas para o turismo em Camaçari. Entender este passado signifique talvez a melhor forma de desenvolver uma nova estratégia para o turismo em Camaçari, é nesse fato este estudo se fortalece. Felizmente este estudo traz também indicativos de melhoria nesta relação entre turismo e planejamento público municipal o que simboliza talvez que a história da organização do turismo apresentada, com todos seus avanços e retrocessos, se transforme em um grande aprendizado para se alcançar o desenvolvimento econômico municipal, tendo no turismo uma das molas propulsoras para este resultado.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **PIB Municipal**. 2009. Disponível em: <<http://wi.sei.ba.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=128&Itemid=88>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Sistema estadual de informações ambientais. **APAS estaduais**. 2009. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/apa/template01.cfm?idCodigo=146>>. Acesso em: 26 jul. 2009.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS**: Salvador e Entorno. 2002.

_____. Companhia de desenvolvimento da região metropolitana de Salvador. **Plano piloto da orla marítima**. 1986.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2ª Edição. São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Pérpetua Maria Carvalho. **Mudanças sócio-ambientais em Monte Gordo e Guarajuba/Município de Camaçari – Bahia**. Salvador. 2006.

BURKART; MEDLIK. In: LICKORISH; JENKINS. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. **Lei N.º 11.771 de 2008**: Lei geral do turismo. 2008. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/legislacao/downloads_legislacao/lei_11771_08_17_setembro_2008.pdf>. Acesso em 20 jul. 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo**: Formação de gestores das políticas públicas do turismo. / autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

_____. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <<http://200.143.12.85/turismo/opencms/institucional/diretrizes/cadernosManuais.html>> Acesso em 25 jul. 2009.

_____. **Programa de regionalização do turismo:** elaboração do plano estratégico de desenvolvimento regional. 2006. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publica/mediateleboracaoplanoestrategico_miolo.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2009.

CAMAÇARI. Secretaria de desenvolvimento do turismo. **Planejamento Turístico.** 2008.

_____. Diário oficial. **PDDU** – Plano diretor de desenvolvimento urbano e código urbanístico ambiental. Caderno Especial. 2008.

_____. Prefeitura municipal. Instituto Raimundo Pinheiro. Cidade do Saber. **Quem Somos.** Disponível em: <http://www.cidadedosaber.org.br/wp/quem-somos/>>. Acesso em: 5 de mar. 2010.

_____. Prefeitura municipal. **Plano municipal de desenvolvimento.** 1974.

_____. Prefeitura municipal. Secretaria de Saúde. **História de Camaçari.** 2008.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei orgânica do município de Camaçari.** 2006.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 48 de 1972:** Disciplina as áreas destinadas a constituição de unidades industriais no litoral do município, e dá outras providências. 1972.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 52 de 1976:** Dispõe sobre o parcelamento da terra do Município de Camaçari e dá outras providências. 1976.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 79 de 1978:** Dispõe sobre o uso das praias do Município de Camaçari. 1978.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 316 de 1994:** Dispõe sobre incentivos tributários para atividades turísticas e afins nas áreas que indica e dá outras providências. 1994.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 424 de 1998:** Estabelece incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias fabricantes de produtos Químicos e de produtos Plásticos e dá outras providências. 1998.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 537 de 2001:** Cria o Conselho Municipal de Turismo no município de Camaçari e dá outras providências. 2001.

_____. **Regimento interno:** Conselho municipal de turismo. 2006.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 750 de 2006:** Institui o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências. 2006.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 866 de 2008:** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Camaçari e dá outras providências. 2008.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 144 de 1986:** Cria, reestrutura e extingue Órgão da Administração Municipal, define cargos em Comissão e dá outras providências. 1986a.

_____. Prefeitura municipal. **Turismo:** Questão de desenvolvimento. 1986b.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 163 de 1989:** Define a Estrutura Básica da Administração Municipal de Camaçari, extingue Órgãos, define Cargos em Comissão e dá outras providências. 1989.

_____. Secretaria de turismo. **Urbanização da praia de Guarajuba.** 1990.

_____. Companhia de desenvolvimento turístico. **Regimento Interno.** 1994a.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 285 de 1993:** Dispõe sobre a criação da CODETUR – Companhia de Desenvolvimento Turístico de Camaçari – S/A e dá outras providências. 1993.

_____. Companhia de desenvolvimento turístico. **Estatuto.** 1993.

_____. Companhia de desenvolvimento turístico. **Projeto institucional e Financeiro de Desenvolvimento Turístico de Camaçari.** 1994b.

_____. Companhia de desenvolvimento turístico. **Relatório das atividades 1994 – 1996**. 1996.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 412 de 1998**: Dispõe sobre a liquidação e extinção da Companhia de Desenvolvimento Turístico. 1998.

_____. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **Relatório do 1º Trimestre**: Gerência de Turismo, Indústria e Comércio. 1999.

_____. Câmara municipal de vereadores. **Lei N° 730 de 2006**: Altera a Lei N° 368 de 1997, modificada pela Lei N° 483 de 2001, Lei N° 597 de 2003, Lei N° 617 de 2003, Lei N° 664 de 2005, Lei N° 665 de 2005, Lei N° 666 de 2005, Lei N° 667 de 2005 e Lei 668 de 2005, modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal, cria a Secretaria do Desenvolvimento do Turismo, a Superintendência de Trânsito e Transporte Público, a Coordenadoria Geral de Ação Governamental e o Sistema Municipal de Planejamento e dá outras providências. 2006.

_____. Secretaria de Desenvolvimento do Turismo. **Relatório das atividades 2006 – 2008**. 2008.

COFIC. **Dados econômicos**. 2009. Disponível em: < <http://www.coficpolo.com.br/>>. Acesso em: 20 de ago. 2009.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

LICKORISH; JENKINS. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?. In: LEMOS, Amália Inês Geraides de, (org.). **Turismo**: Impactos Socioambientais. 3º Edição. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA; FALCÃO. **Por um turismo de inclusão**: análise das políticas públicas de turismo no Brasil do século XXI. 2007. Disponível em: <www.redenet.edu.br/.../20080227_103125_TURI-011.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2009

PETROCCHI, Mário, **Turismo, planejamento e gestão**. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. **Plano diretor e planejamento estratégico municipal**: introdução teórico-conceitual. Rio de Janeiro: RAP, Mar./Abr. 2007. Disponível em: < http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/URBANISMO_PlanoDiretor&PlanejEstrategico-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

SANDES-SOBRAL, Léa Ester. **Complexidade territorial e desenvolvimento**: Tendências e perspectivas da urbanização no litoral de Camaçari/Bahia/Brasil. 2008. Disponível em: http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UB/AVAILABLE/TDX-0928109-161659//05.LES_CAP_5.pdf. Acesso em: 13 ago. 2009.